

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 33

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 33, dezembro 2023

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretora Adjunta: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA CET_iscte); Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex e ERIH PLUS, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

N.º de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 33, December 2023

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editor: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA' CET_iscte); Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) and Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juares Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex and ERIH PLUS, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



ÍNDICE

Artigos

Os adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal: Trajetórias, contextos e a relação com a aprendizagem ao longo da vida....	11
<i>Vanessa Carvalho da Silva</i>	
Adaptação do questionário dos fundamentos morais ao tema do ambiente	34
<i>Pedro Rodrigues Costa e Edson Capoano</i>	
Processos de transnacionalismo nos empresários nepaleses em Lisboa	51
<i>Alexandra Pereira</i>	
O que é o multiculturalismo e como o podemos diferenciar do interculturalismo?	72
<i>Nuno Oliveira</i>	

Recensão

Sarrouy, Alix Didier. (2022). Atores da educação musical. Etnografia nos programas socioculturais el sistema, Neojiba, Orquestra Geração. Húmus; CICS-NOVA	89
<i>José Maria Carvalho</i>	
Normas para autores/as	97



CONTENTS

Articles

Low-educated adults who have not returned to formal education: Trajectories, contexts and relationship with lifelong learning	11
<i>Vanessa Carvalho da Silva</i>	
Adaptation of the moral foundations questionnaire to the theme of the environment	34
<i>Pedro Rodrigues Costa and Edson Capoano</i>	
Processes of transnationalism among Nepali entrepreneurs in Lisbon	51
<i>Alexandra Pereira</i>	
What is multiculturalism and how can we differentiate it from interculturalism?	72
<i>Nuno Oliveira</i>	

Review

Sarrouy, Alix Didier. (2022). Atores da educação musical. Etnografia nos programas socioculturais el sistema, Neojiba, Orquestra Geração. Húmus; CICS-NOVA	89
<i>José Maria Carvalho</i>	
Submission guidelines	100



ARTIGOS
ARTICLES

OS ADULTOS POUCO ESCOLARIZADOS QUE NÃO RETOMARAM A EDUCAÇÃO FORMAL

Trajetórias, contextos e a relação com a aprendizagem ao longo da vida

LOW-EDUCATED ADULTS WHO HAVE NOT RETURNED TO FORMAL EDUCATION

Trajectories, contexts and relationship with lifelong learning

Vanessa Carvalho da Silva

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Visualização Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
Avenida das Forças Armadas, Gabinete 2N17D, 1649-026 Lisboa, Portugal
E-mail: vpcs@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5031-2801>

Resumo: Com o desiderato de contribuir para o alargamento do conhecimento sociológico sobre os adultos pouco escolarizados que, apesar das mais recentes iniciativas no âmbito da educação e formação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, têm permanecido fora da educação formal, apresenta-se um primeiro recorte dos resultados da etapa qualitativa do estudo. Incidindo sobre um segmento que, a nível nacional, tem permanecido à margem das sociedades educativas, procura-se compreender se estamos perante indivíduos que têm ficado de fora, ou que têm sido deixados de fora da educação e aprendizagem ao longo da vida. Norteada pela abordagem biográfica, esta etapa permitiu captar os perfis de reflexividade, as origens sociais, condições de vida e as redes de sociabilidade de 21 entrevistados/as. Os resultados aqui apresentados permitiram atestar a diversidade deste segmento, e o impacto destas dimensões na construção do património disposicional no que à relação com a educação e a aprendizagem diz respeito.

Palavras-chave: abordagem biográfica, adultos pouco escolarizados, aprendizagem ao longo da vida, educação e formação de adultos.

Abstract: With the aim of contributing to the broadening of sociological knowledge about adults with low educational levels who, despite the most recent initiatives in adult education and training and lifelong learning, have remained outside formal education, we present a first overview of the results of the qualitative stage of the research. Focusing on a segment that, at a national level, has remained on the margins of educational societies, we seek to understand whether we are dealing with individuals who have been left out, or have been left out of education and lifelong learning. Guided by the biographical approach, this stage allowed us to capture the reflexivity profiles, social origins, living conditions, and sociability networks of 21 interviewees. The results presented here allowed us to attest to the diversity of this segment, and the impact of these dimensions on the construction of the dispositional heritage regarding the relationship with education and learning.

Keywords: biographical approach, low educated adults, lifelong learning, adult training and education.

Introdução

Procura-se neste artigo apresentar alguns dos resultados da etapa qualitativa de uma investigação sobre os adultos pouco escolarizados que, em Portugal, não retomaram a educação formal. Trata-se de uma realidade que tem persistido, apesar das mais recentes iniciativas (como a Novas Oportunidades) nacionais de educação e formação de adultos.

Num quadro mais amplo, os rumos traçados pelas sociedades ocidentais em direção à aprendizagem, informação e ao conhecimento (Böhme & Stehr, 1986; Husén, 1974; Lyon, 1992; Stehr, 1994), têm sido acompanhados da prevalência de uma ideia de fugacidade da realidade e de metamorfose do mundo (Beck, 2017), o que tem corroborado os discursos daqueles que defendem uma aprendizagem que deve passar a ocorrer em todos os contextos e ao longo da vida dos indivíduos (UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, e Conselho da Europa), deixando, assim, de estar limitada à educação inicial.

A Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) não é uma ideia inovadora, todavia apenas no século XIX foi possível assistir ao nascimento dos primeiros movimentos organizados para a promoção de atividades de educação de adultos. Os objetivos eram de índole humanista, compreendendo áreas que visavam a emancipação social e cultural dos indivíduos relativamente à imposição determinista de um destino (Kallen, 1980). Dimensões como a adaptação, reconversão ou progressão da carreira, todas elas associadas ao mercado de trabalho e/ou o aumento da escolaridade, não plasmavam as preocupações destes movimentos, nem tão pouco definiam esta ideia de aprender ao longo da vida. Porém, com as alterações económicas vividas a Ocidente, sobretudo com as sucessivas crises de desemprego, o conceito foi alargando o seu espectro (ou talvez o tenha confinado) e passou a referir-se a uma estratégia imperativa de adaptação a seguir pelos indivíduos para lidar com sucessivas transformações nas formas de vida, de trabalho e de convivência. Em suma, aprender seria, então, uma necessidade e um recurso perante a metamorfose dos aspetos fundamentais da experiência humana (Enguita, 2007).

Embora os impactos para os segmentos da população que ficam de fora das dinâmicas da ALV, tenham sido já amplamente reportados em estudos nacionais (Alves, 2010; Ávila, 2008; Capucha, 2018; Cavaco, 2013; Instituto de Estudos Sociais e Económicos [IESE], 2013; Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013) e inquéritos internacionais – como o Adult Education Survey – AES (Comissão Europeia [CE], 2016), o International Adult Literacy Survey – IALS 1994-1998 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2000) e o Programme

for International Assessment of Adult Competencies – PIAAC (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2013) – abrangendo uma miríade de riscos que vão desde a exclusão social, ao desemprego, passando pela pobreza, vulnerabilidade na saúde, menor participação cívica, entre outros. Pouco se sabe, como alerta Field (2006), do ponto de vista sociológico, sobre a população que tem sido deixada/tem ficado para trás, num quadro de generalização da ALV. Uma investigação recente procurou compreender a relação de adultos pouco escolarizados com a ALV e atestou a presença de um conjunto multidimensional de fatores inerentes à situação de “não retorno” à educação formal, fazendo um levantamento das dificuldades e das estratégias encontradas por este segmento da população portuguesa para lidar com uma sociedade organizada através da informação e do conhecimento (Carvalho da Silva, 2019).

Metodologicamente orientada por uma estratégia de métodos mistos, na qual a etapa quantitativa – recorrendo ao Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2016a) – orientou a qualitativa, a partir do mapeamento, caracterização e identificação de perfis destes adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal, em Portugal, este artigo visa a apresentação de um recorte dos primeiros resultados da componente qualitativa. Esta etapa contou com a realização de 21 entrevistas semiestruturadas e de longa duração, que seguiram a lógica da abordagem biográfica.

Procurando compreender como é que estes indivíduos e a sociedade se têm influenciado mutuamente, a análise aqui apresentada foca-se nas reflexividades (Caetano, 2016), origens sociais, condições de vida e nas redes de sociabilidade dos entrevistados/as, procurando compreender a forma como a relação com a educação formal destes adultos tem sido produzida/atualizada a partir destas dimensões do seu mundo social (Lahire, 2001).

Enquadramento teórico

Ser pouco escolarizado em sociedades aprendentes

Considerar o analfabetismo como a única forma de expressão do défice de escolarização nacional e como medida exclusiva das misérias educativas (Bourdieu, 1997), seria assumir que apenas os analfabetos estão arredados da possibilidade de ser cidadãos numa democracia, e da capacidade de viver numa sociedade moderna. Essa assunção poderá resultar na relativização das pequenas misérias que se foram desenvolvendo (ser-se pouco escolarizado; a vergonha dos que não sabem; a naturalização do lugar ocupado), e conseqüentemente à tentação de silenciar novas

formas de exclusão que, embora não tenham destruído as velhas, têm revelado um efeito cumulativo, criando camadas e padrões de desigualdade mais complexos e, por isso, mais difíceis de resolver (Alves, 2010; Ávila, 2008; Cavaco, 2013).

Ora, para melhor compreender os desafios atuais dos menos escolarizados nos contextos da educação e aprendizagem, o exercício de posicionamento deste objeto no macrocosmo social deverá, então, conduzir-nos a uma reflexão sobre os marcos das sociedades contemporâneas. Entre a era da descontinuidade de Drucker (1969), a sociedade do conhecimento de Sther (1994), a modernidade reflexiva de Beck et al. (2000), e a metamorfose do mundo de Beck (2017), estamos perante sociedades transformadas em ritmos e velocidades diferentes e cada vez mais céleres, o que tem dificultado a capacidade de adaptação dos indivíduos à sucessão de novidades (Enguita, 2007). Esta realidade tem exigido outras aprendizagens e outros contextos e tempos da vida das pessoas. Impregnadas de incerteza e de riscos, tem exigido uma espécie de autoria biográfica, inscrita na capacidade que estas têm de ter para se moldarem/adaptarem às novas exigências.

Nas sociedades atuais, a educação, a aprendizagem, a informação e o conhecimento são recursos que determinam a posição social dos indivíduos (Costa, 2012). Os discursos institucionais, e não só, têm confirmado a generalização desta ideia de que a aprendizagem deve acontecer ao longo da vida (Comissão Europeia [CE] et al., 2015; Field, 2001; IESE, 2013; UNESCO Institute for Lifelong Learning [UIL], 2020; entre outros), por ser uma ferramenta crucial para a participação dos indivíduos na vida moderna, que viabiliza a conquista/manutenção da autonomia e aumento das oportunidades. Porém, para se evitar uma reprodução tautológica dos discursos daqueles a que Field (2006) designa por aprendentes saudáveis, ou dos atores educativos que facilmente aceitaram esta ideia, será importante dar voz aqueles para quem a participação em ALV não tem integrado as suas trajetórias, nem mesmo os seus projetos de vida.

Na sociedade aprendente, a assunção de que todos os indivíduos são igualmente capazes de adquirir e compreender todas as (novas) informações que circulem e as suas consequentes implicações, tem-se traduzido em situações de exclusão e de privação de acesso, silenciadas pela vergonha dos que não sabem, como resposta ao discurso de responsabilização individual (Comissão Europeia [CE], 2012). Estudos têm revelado que o mesmo paradigma da responsabilização individual tem conduzido a situações de discriminação estrutural, como resultado da limitação do acesso a ofertas profissionais àqueles que revelam não deter o conjunto de características individuais “aprendentes positivas” (CE, 2012; Field, 2001; IESE, 2013; UIL, 2020). Da mesma forma, outros têm concluído que os indivíduos das classes trabalhadoras e pouco escolarizados, tendem a ficar privados do acesso a

canais formais de capital social, ficando à margem de inúmeras oportunidades (Field, 2006).

Definido a partir da influência que as redes de relações, os laços de confiança, as normas sociais e a reciprocidade têm sobre as oportunidades e sobre as desigualdades na sociedade, e entendido como recurso, o capital social (Bourdieu, 1986), tal como a educação, não se encontra distribuído de forma equitativa. A sua relação cumulativa com outras formas de capital (económico, cultural), resulta na reprodução de desigualdades e na manutenção de determinadas posições de poder. A existência atestada de uma relação positiva entre a educação e o capital social (Field, 2015), confirma o impacto das redes de contacto na partilha de conhecimento e na troca de informações, bem como na transmissão de competências, estimulando e potenciando a capacidade de aprender dos adultos e a própria participação cívica, sobretudo dos mais velhos. Por seu lado, também se tem verificado que quando os adultos participam em atividades de ALV tendem a aumentar o seu capital social e a desenvolver as suas competências sociais. Esta mesma relação entre educação e capital social tem sido igualmente associada à reprodução de representações positivas em torno da participação em atividades de ALV, potenciando-a (Field, 2015). Do mesmo modo, tem-se verificado que volumes mais elevados de capital social estão associados a níveis mais elevados de escolaridade e vice-versa. Na mesma linha, outros estudos têm confirmado a existência de uma relação positiva entre os níveis de escolaridade e a participação em atividades de ALV (Ávila & Aníbal, 2019; European Centre for the Development of Vocational Training [Cedefop], 2016; entre outros), dando conta de que são os menos escolarizados que têm permanecido fora desse movimento. Assim sendo, e ilustrando o efeito cumulativo das desigualdades e das vulnerabilidades (Costa, 2012), deparamo-nos com um círculo vicioso, que mais uma vez atesta o efeito Mateus (Merton, 1968), arredando os pouco escolarizados que não retomaram a educação formal das oportunidades quer da ALV, quer de outras formas de capital.

Em contraposição direta ao discurso da responsabilização individual, têm sido identificadas barreiras à participação em atividades de ALV. Na proposta de Cross (1981) identificamos três categorias distintas dessas barreiras: *i*) situacionais (circunstâncias e condições em que as pessoas se encontram), *ii*) institucionais (políticas, práticas e estruturas institucionais educativas/aprendizagem) e *iii*) disposicionais (características e disposições individuais), que pretendem dar conta da multiplicidade de dimensões que é preciso ter em conta para compreender a não participação dos adultos na ALV. Recentemente, foi identificado um quarto obstáculo relacionado com a informação (ou a falta dela), no que a oportunidades de educação e aprendizagem — e aos seus benefícios — diz respeito (Van Nieuwenhove & De Wever, 2022).

Na mesma senda, mas focados nos adultos que não querem participar e nos mais velhos e menos escolarizados, outros estudos e relatórios (Cedefop, 2016; Desjardins et al., 2006) têm revelado que as barreiras que determinam a relação destes adultos com a ALV são, sobretudo, as disposicionais (Van Nieuwenhove & De Wever, 2022). Assim, a falta de motivação ou interesse, o medo do fracasso, a baixa autoestima e autoconfiança, as atitudes negativas em relação à educação, as cicatrizes de uma identidade aprendente construída a partir de dificuldades (reprovações, má relação com professores, colegas e com a escola), têm travado o envolvimento de determinados adultos pouco escolarizados em novos processos formais de educação ao longo da vida (Cedefop, 2016; Field, 2006).

Perante estas forças (responsabilização) e contra forças (barreiras) e num cenário em que persistem adultos pouco escolarizados que têm ficado fora de processos de educação formal (ofertas de educação e formação de adultos), há uma questão que permanece sem resposta: Quem é que tem sido deixado, ou tem escolhido ficar para trás?

Metodologia

Subjaz a esta investigação a ideia de que “o mundo social está em nós, tanto quanto está fora de nós” (Lahire, 2001, p. 39). Desta forma, realizaram-se 21 entrevistas de cariz biográfico, semiestruturadas e de longa duração, na linha das narrativas de vida de Bertaux (2020). As entrevistas procuraram captar as trajetórias dos/as entrevistados/as nas suas diferentes dimensões: familiares, escolares, profissionais, formativas, cívicas, de lazer, bem como as trajetórias dentro e para lá das trajetórias individuais, ou seja, um conjunto de características das redes de sociabilidade destes entrevistados/as, desde a família ascendente e descendente, aos amigos, colegas de escola e de trabalho. Paralelamente, e para além de deslindar a posição ocupada no tecido social através do levantamento de elementos objetivos e recorrentes na análise sociológica — idade, sexo, escolaridade, trajetória profissional, entre outros — procurou-se convocar os motivos que, de acordo com as suas reflexividades, foram justificando a ausência de retorno à educação formal.

Complementando o desiderato de identificar as disposições e as reflexividades deste segmento, atendeu-se à sua organização quotidiana (sendo as variáveis tempo e ritmos do curso de vida, fatores de relevo na análise das suas trajetórias); aos primeiros projetos e reflexividades sobre as experiências passadas; às suas interpretações do presente e ao sentido atribuído à sua existência (valores e objetivos), bem como às suas projeções futuras. Tudo isto sob o filtro permanente da relação destes indivíduos com a ALV.

O acesso ao campo resultou da combinação de dois tipos de amostragem: intencional e bola de neve. Porém, a presença de baixos níveis de escolaridade revelou-se numa espécie de tabu¹ e exigiu um contacto mediado previamente através do “alguém que conhece alguém”.

Nesta investigação, e por uma questão de coerência com as fontes utilizadas na etapa quantitativa², a referência a *adulto* segue a definição do Instituto Nacional de Estatística³, responsável pela aplicação do Inquérito à Educação e Formação de Adultos, compreendendo indivíduos a partir de uma idade igual ou superior a 18 anos até aos 69 anos. Na definição de *pouco escolarizado* utilizou-se como referência o International Standart Classification of Education (UNESCO, 2011), ou seja, consideraram-se indivíduos com um nível de escolaridade completo inferior ou igual ao 9º ano (3º ciclo do ensino básico), o que representa uma escolaridade entre os níveis ISCED 0-2 (*Early childhood education – Lower secondary education*). Numa escala de três níveis agregados, em que da base para o topo temos 1 – baixa escolaridade, 2 – ensino médio e 3 – ensino superior. Ao intervalo dos níveis ISCED 0-2 corresponde o nível 1, ou seja, o de baixa escolaridade (*low education*). A ausência de retorno à educação formal foi considerada a partir do término ou abandono da educação inicial.

Caracterização dos entrevistados

Os/as 21 entrevistados/as correspondem a um universo de 11 homens e 10 mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 76 anos; ativos, inativos e desempregados, com escolaridades entre o sem grau e o 3º ciclo do ensino básico, distribuídos profissionalmente por diversas áreas: construção civil, agricultura, educação, segurança pública, pesca, produção alimentar, costura, limpezas e indústria, etc. Geograficamente, procurou-se convocar alguma diversidade, embora predominem entrevistados/as residentes em zonas rurais da região oeste do país.

Os/as entrevistados/as foram também caracterizados a partir dos contributos da etapa quantitativa desta investigação. Partindo da análise dos microdados da edição de 2016 do Inquérito à Educação e Formação de Adultos⁴ (INE, 2016a) foram identificados três perfis de adultos pouco escolarizados que não retomaram a

1 Esta conclusão foi ganhando forma através das respostas de recusa que foram sendo registadas ao longo desta investigação e numa investigação exploratória que a antecedeu (Carvalho da Silva, 2019), para além dos sentimentos expressos pelos próprios indivíduos entrevistados relativamente à sua escolaridade.

2 Ver Carvalho da Silva e Ávila (2018).

3 “A população-alvo é o conjunto de todos os indivíduos com idade dos 18 aos 69 anos que no período de referência residam no território nacional” (INE, 2016b, p. 14).

4 Ver Carvalho da Silva e Ávila (2018, 2022).

Tabela 1 Caracterização dos entrevistados por perfil de adultos pouco escolarizados que, em Portugal, não retomaram a educação formal

Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
Mais velhos e inativos (55-84 anos) 36,8% da população portuguesa	Em idade ativa e empregados (45-54 anos) 39,5% da população portuguesa	Jovens entre o emprego/desemprego (18-34 anos) 23,7% da população portuguesa
José, 55 anos, 1º ciclo (construção civil) Marta, 55 anos, 2º ciclo (agricultura) Válter, 55 anos, 2º ciclo (manutenção industrial) Glória, 60 anos, sem nível de escolaridade (desemprego) Graça, 61 anos, 1º ciclo (reforma) Celina, 63 anos, 1º ciclo (reforma) Ivone, 63 anos, 2º ciclo (assistente operacional) Rosário, 64 anos, 1º ciclo (assistente operacional) Sérgio, 64 anos, 3º ciclo (turismo) Ilda, 76 anos, 1º ciclo (reformada)	Amélia, 53 anos, 1º ciclo (costura) Joel, 51 anos, 1º ciclo (construção civil) Hélio, 49 anos, 3º ciclo (polícia de segurança pública) Joana, 44 anos, 1º ciclo (operariado industrial) Joca, 43 anos, 2º ciclo (Talhante e empresário)	Paulo, 18 anos, 3º ciclo (construção civil) Rui, 24 anos, 3º ciclo (<i>design</i> música digital) Rosa, 28 anos, 2º ciclo (cuidados domiciliários de idosos) Mel, 18 anos, 2º ciclo (desemprego) Miguel, 23 anos, 3º ciclo (desemprego) Ricardo, 20 anos, 3º ciclo (desemprego)

Fonte: Perfis identificados a partir de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) sobre a variável adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal (Carvalho da Silva & Ávila, 2022; INE, 2016a).

educação formal. Trata-se de perfis constituídos por adultos que partilham entre si um conjunto de variáveis (idade, nível de escolaridade, grupo profissional e situação perante o trabalho) (Carvalho da Silva & Ávila, 2022). Note-se que, se a variável idade surge como variável relevante na distinção destes perfis, o conjunto de características que os agrega e diferencia é mais lato, o que contribuiu para um conhecimento mais aprofundado deste segmento da população portuguesa (Carvalho da Silva & Ávila, 2022). Nesta etapa metodológica, para além de terem orientado a seleção dos candidatos, os três perfis identificados permitem também caracterizar os 21 entrevistados da seguinte forma, presente na Tabela 1.

Resultados

Cruzamento entre perfis: adultos pouco escolarizados e reflexividade(s)

Aprender ao longo da vida tem na sua génese a responsabilização individual, o que nos remete para o conceito de agência, como resultado da imposição da reflexão e

da escolha em todas as situações do quotidiano (Beck et al., 2000). Esta premissa tem exigido aos indivíduos que (re)criem e adaptem as suas trajetórias autobiográficas em processos contínuos de mudança, subentendo, para isso, a presença de determinados graus de autonomia e de liberdade.

A reflexividade surge associada a um papel de mediação entre estrutura e agência, evitando a sua confluência, ou seja, gerindo os impactos de uma sobre a outra e, conseqüentemente, das ações individuais perante determinadas situações sociais (Archer, 1995; Caetano, 2016). A reflexividade individual enquanto competência partilhada e requisito da vida em sociedade, forma-se em condições particulares do social, e a partir de contextos familiares, educativos, profissionais, de crise, etc. (Caetano, 2016). Apesar da vulgar associação da reflexividade a um exercício de autonomia individual, esta faz-se depender dos posicionamentos dos indivíduos e da distribuição dos recursos, o que constringe a ideia de controlo sobre as condutas e redefine o grau de autonomia a que esta se parece associar. Para Caetano (2016), a evidência empírica de que estas se fazem de forma diferenciada resultou na identificação de cinco tipos de exercícios de reflexividade: autorreferencial; pragmática; funcional; resistente e resiliente.

Combinando os três perfis de adultos pouco escolarizados e os cinco perfis de reflexividade propostos por Caetano (2016), identificam-se dois tipos de reflexividade, distribuídos de forma diferenciada pelos perfis de adultos/entrevistados/as. No perfil dos mais velhos e inativos predomina a reflexividade pragmática (orientada para questões práticas do quotidiano; estímulos fracos; conversas internas; família); no perfil dos adultos em idade ativa e empregados, à pragmática junta-se a reflexividade resistente (orientada para a manutenção da posição ocupada; diversidade social de estímulos; conversas internas; família/amigos); no perfil dos mais jovens, desaparece a pragmática, mantém-se resistente e apenas num dos casos se identifica a autorreferencial (orientada para os modos de pensar sobre si e sobre os outros; com a realização pessoal ao centro; conversas internas, escrita pessoal).

Este cruzamento deu visibilidade às idiossincrasias, mas também às linhas de continuidade que parecem caracterizar este segmento da população portuguesa, e permitiu compreender a forma como estes se intersectam nas designadas zonas cinzentas dos seus perfis. Se, por um lado, se atesta a presença de mais do que um tipo de reflexividade dentro de cada perfil de adultos, por outro observa-se a partilha dos mesmos tipos de reflexividade entre diferentes perfis, apesar de se manter uma certa continuidade entre eles.

As diferenças dentro de cada perfil remetem-nos para as singularidades destes adultos, que embora partilhem algumas características sociodemográficas, que

permitem que sejam agrupados em perfis, não apresentam trajetórias confluentes, ilustrando as formas distintas com que se foram movimentando e adaptando, a partir das suas origens sociais e modos de vida. Cada perfil é composto por diferentes escalões etários, que *per se* serão suficientes para explicar estas diferenças, uma vez que estamos perante contextos políticos, institucionais e económicos distintos. Desta forma, estamos também perante diferentes percursos escolares e estruturas de oportunidades, apesar de estarmos sempre a falar de adultos pouco escolarizados. Ter saído da educação inicial com o nível de escolaridade referente ao 2º ciclo do ensino básico há 40 ou 50 anos atrás, não é o mesmo que ser jovem e sair da escola hoje, apenas com o 2º ciclo.

Enquanto recurso, a escolaridade tem assumido um papel de relevo na mobilidade social, inserções profissionais e na distribuição de recursos (Martins et al., 2016), remetendo-nos sobretudo para diferentes níveis de autonomia e de escolha, com impactos diretos nas oportunidades dos indivíduos. Desta forma, e num cenário de generalização da educação, os menos escolarizados têm vindo a apresentar, cada vez mais, situações cumulativas de desigualdades e vulnerabilidades sociais. Esta situação permite compreender o motivo pelo qual no perfil dos mais jovens, apesar de ser o mais escolarizado dos três perfis, não se identificarem novos tipos de reflexividade, que contrastem com os do perfil dos adultos em idade ativa.

Afinal, ser-se pouco escolarizado nas sociedades atuais é mais penalizante do que já o foi no passado, ou não será? A antítese desta conclusão encontra-se em apenas no caso de um dos entrevistados pertencente ao perfil dos mais jovens (reflexividade autorreferencial). Estamos perante uma trajetória que, depois de vários fracassos e tentativas, conseguiu alcançar os objetivos profissionais que foi projetando. Trata-se de um jovem que, apesar de ser pouco escolarizado, apresenta origens e condições de vida que em tudo o distancia dos restantes entrevistados do mesmo perfil. A concretização do seu ideário profissional, ligado ao *design* de música digital é-lhe possível a partir de outros recursos que não o nível de escolaridade, atestando o peso de outros capitais (Bourdieu, 1986) na estratificação social portuguesa. Não obstante, esta situação só é possível por estarmos a falar de uma área profissional recente e sem regulamentação, ou seja, sem condições de acesso dependentes de graus de qualificação:

(...) a minha mãe por acaso conheceu o Afonso, e o Afonso é o meu patrão neste momento. (...) é um mundo artístico diferente. É um lado que não tem nada a ver com a escolaridade e com o formato social habitual, o formato de trabalho normal (...) não iam querer sequer que o 9º ano fosse um requisito. (Rui, 24 anos; 3º ciclo; perfil 3)

Todavia, e apesar das idiossincrasias identificadas o mesmo cruzamento também permite encontrar uma certa continuidade destas reflexividades entre os três perfis. Este padrão, que nos remete para uma certa aproximação entre categorias, já foi identificado noutros estudos (Bertaux, 1977/1979), e pode ajudar a compreender este contínuo reflexivo captado entre diferentes perfis de adultos aqui retratados. A conclusão de que os diferentes perfis de adultos partilham sempre um dos tipos de reflexividade de outro perfil, que corresponde ao grupo geracional anterior, remete-nos para a ideia de reprodução e, por isso, de morosidade da mudança no que à relação com a educação e aprendizagem diz respeito. Veja-se a título de exemplo, o perfil de reflexividade pragmática encontrado nos perfis dos adultos mais velhos e inativos e em idade ativa e a trabalhar; ou o caso da reflexividade resistente, presente apenas nos perfis dos adultos em idade ativa e a trabalhar, e dos mais jovens entre o emprego e o desemprego. Todavia, recorde-se que no perfil dos mais jovens, só num caso é que se pode observar um novo tipo de reflexividade diferente do perfil anterior (autorreferencial).

Relativamente ao tipo de reflexividade pragmática, transversal aos dois perfis de adultos mais velhos, estamos perante vidas organizadas sob a premissa do “aqui e do agora”. A presença de projeções a curto prazo, remetem estes adultos a condições de maior sujeição ao peso e impacto das estruturas, o que condiciona a sua liberdade, poder de decisão e autonomia.

Para o José, a Marta, e o Joel, as projeções nunca fizeram parte das suas trajetórias, não as encontram no passado (o que gostariam de ter sido, ou o que gostariam de ser quando fossem grandes) nem quando olham para o futuro:

Nunca tive essa coisa de assim do que é que eu gostava de ser (...) projetos para o futuro, acho que não tenho assim muitos, que eu tenha saúde para trabalhar. (José, 55 anos; 1º ciclo; perfil 1)

(...) nunca tive nada que dissesse “quero ser isto quando for grande”, nunca (...). Nós nunca tivemos projetos de vida. Nós, as coisas iam acontecendo e nós acolhíamos aquilo que nos vinha. (Marta, 55 anos; 2º ciclo; perfil 1)

Nunca fiz grandes objetivos de vida! (...) vivo um dia de cada vez. (Joel, 51 anos; 1º ciclo; perfil 2)

Para além daquilo que poderá ser compreendido como incapacidade de se projetarem, os discursos destes/as entrevistados/as deixam sobressair uma atribuição de valor fundamental à família e ao trabalho, e a escrita como elemento transversalmente ausente, tal como a leitura. As conversas internas surgem como elemento comum, às quais se juntam as conversas com familiares.

O tipo de reflexividade resistente, presente quer no perfil dos adultos em idade ativa, quer no perfil dos mais jovens, dá conta da persistência de condições de existência envoltas em incerteza, resultando em projeções a curto prazo. Essa volatilidade foi abrindo fendas nas trajetórias dos mais jovens, que apesar de se projetarem em crianças para profissões e papéis idealizados acabaram por ter de seguir outros rumos. Senão vejamos, com 20 anos e o 3º ciclo do ensino básico, o Ricardo queria ser segurança privado, teve problemas com a justiça quando era mais novo e atualmente está desempregado; com 18 anos e o 2º ciclo do ensino básico a Mel queria ser atriz de teatro, filmes e telenovelas, acabou de sair da escola há pouco tempo, depois de muitas reprovações e está atualmente desempregada; A Rosa, tem 28 anos e o 2º ciclo do ensino básico e queria ser dona de um bar, trabalha informalmente a tomar conta de um idoso; com 18 anos e o 3º ciclo, o Paulo queria ser jogador de futebol, depois de uma lesão e algumas reprovações saiu da escola e está a trabalhar na construção civil com o pai. Apesar da distância a que foram ficando das suas projeções, a forma como refletem sobre as suas trajetórias dão conta de um conformismo resistente relativamente ao seu passado:

Não apesar de ter sido muito difícil, a minha infância, adolescência, tudo, não mudaria nada, senão não estaria aqui hoje, a ter as atitudes que tenho, a viver da forma que eu vivo. (Mel, 18 anos; 2º ciclo; perfil 3)

Eu acho que devia ter estudado mais, mas também não tinha vontade. (Paulo, 18 anos; 3º ciclo; perfil 3)

Penso muito na negativa, nunca acredito em nada, já tive muitas desilusões. Antes prefiro pensar negativo do que positivo e depois ter uma deceção, foi uma coisa que o meu pai sempre me ensinou. É uma consequência do *background*, mas é também uma condicionante do meu futuro. (Ricardo, 20 anos; 3º ciclo; perfil 3)

Nos casos em que estão empregados, estes adultos pretendem continuar a trabalhar, nos desempregados a prioridade do “aqui e do agora” é encontrar um emprego. Apesar de partilharem o mesmo tipo de reflexividade, encontra-se uma diferença entre os/as entrevistados/as mais novos e os mais velhos do perfil dos adultos em idade ativa relativamente às suas projeções. Enquanto crianças, os mais novos tinham-se projetado para profissões como camionista de longo curso e/ou polícia/bombeiro, mas os mais velhos referiram nunca terem ambicionado ser alguma coisa, embora quisessem uma vida melhor do que a dos seus pais:

Não me lembro de projetar (...) trabalhava no campo, talvez a costura (...) o campo não era um desejo, porque queria ter uma vida melhor do que a que tinham tido os pais. (Amélia, 53 anos; 1º ciclo; perfil 2)

Nunca tive ambição de ter uma profissão. Queria ser outra coisa? Um super-herói? Não! (Hélio, 49 anos; 3º ciclo; perfil 2)

Com a leitura a marcar uma presença inconstante, e a escrita em contínuo de ausência, apesar se movimentarem em contextos de ativação mais diversos e estimulantes do que o perfil dos mais velhos e inativos, as suas conversações são sobretudo internas e com familiares. Somente no perfil dos mais jovens é que os amigos se acrescentam, com maior consistência, à rede de partilha das suas reflexividades.

As diferenças nos tipos de reflexividade encontradas dentro de um mesmo perfil reforçam, em concomitância, as idiosincrasias deste segmento e a ideia de contínuo relacionada com as fronteiras etárias que aproximam os indivíduos entre os três perfis. Tendo nascido em contextos sociais e económicos semelhantes, partilharam algumas das condições de existência, que acompanhadas pela persistência de dificuldades económicas parecem não ter dado lugar a situações de autonomização e agência nos processos de tomada decisão ao longo das suas trajetórias. Estas conclusões dotam de pertinência uma análise das trajetórias a partir dos contextos em que se movimentam estes adultos, aqui apresentados apenas nas suas dimensões relacionadas com as suas origens sociais, condições de vida e redes de sociabilidade.

Das origens sociais às redes de sociabilidade

Considerando a importância das origens sociais na construção do património disposicional e das trajetórias dos indivíduos, neste artigo o foco analítico recaiu sobre as características socioeconómicas da família ascendente. A partir da análise das condições de vida em que nasceram e cresceram os/as entrevistados/as é possível observar que estamos perante realidades predominantemente rurais, marcadas pelo trabalho agrícola e dificuldades financeiras. De Norte a Sul do país, para a maioria dos que integram os perfis dos mais velhos e inativos, e em idade ativa e empregados, as famílias eram numerosas e o trabalho começou durante a infância. Entendido como contributo necessário à sobrevivência do agregado, consistia numa situação só alterável com o casamento, ou a tropa, dependendo do género dos/as entrevistados/as: “Era uma casa sem dinheiro em que se vivia o dia-a-dia” (Joel, 51 anos; 1º ciclo; perfil 2); “Era uma aldeia pobre com famílias numerosas” (Amélia, 53 anos; 1º ciclo; perfil 2).

Crescendo sob a égide de uma lógica de unidade familiar marcada por fragilidades económicas e, por isso, pela necessidade produtiva (Bertaux, 1977/1979), mesmo no caso dos mais jovens, num cenário de alargamento da escolaridade obrigatória e da melhoria das condições económicas do país, as origens sociais destes entrevistados foram-se revelando determinantes nas suas trajetórias e reflexividades. Foram encontradas dificuldades de projeção futura, justificadas pela necessidade de viver o “aqui e o agora”. Sobretudo se as refletirmos à luz da pirâmide de necessidades de Maslow (1987), em que o cálculo custo benefício visa suprir as necessidades consideradas básicas para a sobrevivência, relegando para planos secundários outros investimentos e a possibilidade de projetar ou concretizar outra vida/posição.

Apesar das diferenças geracionais e de outras idiossincrasias observadas entre os entrevistados/as, as narrativas em torno das suas origens sociais dão conta de duas situações distintas. Por um lado, reforçam a tese da mobilidade social de Bertaux (1977/1979), de que em cada classe social as famílias produzem crianças que também se tornam membros dessa classe; por outro, dá conta de (ligeiras) alterações e mobilidades, atestando em concomitância a agência destes adultos e a morosidade destes processos. Senão vejamos, embora sejam pouco escolarizados, na maioria dos casos os/as entrevistados detêm entre um, a dois níveis de escolaridade acima da dos seus pais, e ainda que muitos/as tenham reproduzido as suas profissões, ou áreas profissionais, na sua maioria melhoraram as suas condições de vida. Todavia, a inversão desta tendência é observada nas narrativas dos/as entrevistados/as mais jovens, que independentemente de serem os mais escolarizados deste segmento referem que (ainda) não conseguem ocupar uma posição social economicamente mais favorável do que a dos seus pais, por estarem ou desempregados, ou inseridos em empregos precários que não lhes permite vislumbrar uma independência financeira. Apesar de esta não ser uma situação exclusiva deste segmento da população nacional, os jovens adultos pouco escolarizados encontram-se em situações de maior vulnerabilidade e precaridade do que os restantes adultos da sua geração.

Tal como foi supramencionado, na maioria dos/as entrevistados/as estamos perante adultos que cresceram em famílias numerosas – à exceção dos mais jovens, que por outro lado, nasceram e cresceram em famílias monoparentais. Os pais ora são analfabetos, ora detêm níveis baixos de escolaridade, e estão profissionalmente ligados a áreas como o campo, pesca, pastorícia, limpezas, pequeno comércio ou restauração e a construção civil. Marcadas pela presença ininterrupta do trabalho, a maior parte destas famílias tinha/tem como objetivo proporcionar aos filhos melhores condições de vida do que aquelas em que cresceram. Note-se que,

entre o perfil dos mais velhos e o dos mais jovens, o desafio de sustentar financeiramente famílias numerosas foi substituído pela monoparentalidade, o que acabou por não significar uma alteração significativa na condição de vulnerabilidade económica do agregado.

O meu pai foi à escola e fez o exame da 4ª classe. Depois de sair da escola ia pastar ovelhas, para ajudar o pai. (...) de dia trabalhava nas obras a dar serventia aos pedreiros. Andou a trabalhar no campo (...). Foi para Lisboa, muito pequeno para aprender a trabalhar num talho (...). A minha mãe tem a 4ª classe e aos 11 anos foi trabalhar para o campo para ajudar em casa, depois de casar foi trabalhar com o meu pai para o talho. (...) nunca tiveram férias. (Joca, 43 anos; 2º ciclo; perfil 2)

Sim, tínhamos uma casa grande, tínhamos tudo. Agora é que, depois da separação dos meus pais (...) ele vendeu a casa. (...) eu ajudo, a minha irmã também ajuda. (Paulo, 18 anos; 3º ciclo; perfil 3)

Apesar de terem crescido em famílias com pais pouco escolarizados ou analfabetos, as histórias de retorno dos pais à educação formal enquanto adultos é narrada apenas num caso, no perfil dos mais velhos e inativos, e é justificada a partir de uma rutura (viuvez) e de objetivos funcionais: “A minha mãe já fez a 4ª classe em adulta para poder tirar a carta de condução” (Ivone, 63 anos; 2º ciclo; perfil 1).

Estamos, assim, perante entrevistados/as que nasceram e cresceram em famílias pouco escolarizadas, para quem a frequência da escola se resumia à educação inicial e obrigatória e encetava objetivos funcionais, o que na maioria dos casos parece ter justificado o não retorno. As diferenças entre os níveis de escolaridade, quer dos pais, quer dos filhos, encontradas entre os diferentes perfis de adultos, foram sendo reflexos da evolução da escolaridade obrigatória. Efetivamente, analisando os motivos de saída nas situações em que houve a conclusão da escolaridade obrigatória, e até que esta fosse alterada (processo moroso), estes adultos não detinham o estatuto de pouco escolarizados, o que se poderá ter materializado na incorporação de disposições que podem, em parte, contribuir para justificar a ausência da necessidade de retorno, “Nenhuma destas pessoas ultrapassou o 4º ano (...) era normal” (Amélia, 53 anos, 1º ciclo; perfil 3).

Apesar de todos os entrevistados partilharem da mesma noção de que são pouco escolarizados, nos casos em que se regista abandono da escola, quer por vontade própria, quer por vontade dos pais, são mais expressivos os sentimentos de arrependimento, suportados nesta ideia de terem sido sempre menos escolarizados do que poderiam ter sido. Não obstante, em todas as narrativas, independentemente do perfil, do motivo de saída/abandono da escola, e do nível que

atualmente dita a escolaridade obrigatória, o retorno à educação formal não é um projeto para estes adultos, a não ser que alguma coisa mudasse e fossem, por isso, obrigados. Esta posição, quase determinista, poderá indiciar o sucesso dos processos de incorporação e do impacto da família ascendente destes entrevistados/as na construção e atualização das disposições presentes na relação com a educação formal (Lahire, 2005).

Focando a análise nas redes de sociabilidade (família/amigos/colegas) dos/as entrevistados/as, e apesar de Lahire (2005) referir que a homogeneidade do universo familiar é pressuposta e nunca demonstrada, parece ser possível falar aqui de uma pluralidade pouco plural, ilustrada pela reprodução dos *habitus* adquiridos pela socialização e pela parca presença de outras redes ou agentes antropológicos suficientemente duráveis ou diversos para alterar os seus esquemas de ação. Em alguns dos seus discursos é mesmo possível encontrar esta ideia de efeito determinante das origens sociais e das redes de sociabilidade nas trajetórias individuais: “Se calhar, se eu fosse indo crescendo com outro tipo de pessoas, as coisas eram diferentes, né? Mas, é pá, uma coisa puxa a outra” (Joca, 43 anos, 2º ciclo; perfil 2).

A noção de rede remete-nos para formas de relação e de laços entre atores sociais, de diferentes tipos e graus de intensidade (Costa et al., 1990) e para o conceito de capital social (Bourdieu, 1986). No caso destes entrevistados/as, as redes de sociabilidade são sobretudo centradas na família, e são poucos os casos narrados em que os amigos fazem parte do dia-a-dia, ou que participam das suas reflexividades. A família protagoniza, assim, um papel central na produção antropológica (Bertaux, 1977/1979) destes adultos, embora de uma forma distinta entre os três perfis. Perante estas características das suas redes de sociabilidade, e entendendo a socialização como um processo de participação no mundo social e de incorporação de disposições e valores que viabilizam essa participação (Abrantes, 2014), é possível atestar o impacto das condições de vida e das origens sociais destes adultos na construção do seu património disposicional no que à educação e aprendizagem diz respeito.

A redes marcadamente familiares crescem ainda contextos profissionais caracterizados por micro/médias empresas e tarefas menos complexas, compreendendo a presença e diversidade de outros contextos de aprendizagem (informal) e de interação social. Esta característica dos contextos profissionais tem determinado a relação dos/as entrevistados/as com a educação não formal, sendo poucos os registos de envolvimento em atividades de educação não formal (as exceções encontram-se em profissões nas quais esta participação é obrigatória). Para além da dimensão profissional, são trajetórias marcadas por tempos divididos entre casa e o trabalho, resultando em poucos momentos de participação em atividades de

cidadania, ou culturais, o que permite antever uma certa estacionariedade no que concerne a outras redes e contextos de sociabilidade e de aprendizagem.

Conclusões

Neste artigo foram apresentados os primeiros resultados da etapa qualitativa de um projeto de investigação em torno dos adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal. Os resultados apresentados sublinham a importância de se reconhecer a diversidade do segmento dos adultos pouco escolarizado que não regressaram à educação formal, em Portugal. A previa identificação de três perfis, e as trajetórias captadas através das narrativas recolhidas nesta etapa metodológica, dão conta de um conjunto de características diferentes que permitem aceder aos motivos pelos quais estes adultos se têm mantido à margem da sociedade educativa.

Numa primeira instância, procedeu-se ao cruzamento entre perfis de reflexividade (Caetano, 2016) e perfis de adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal (Carvalho da Silva & Ávila, 2022), a partir das 21 narrativas recolhidas. As linhas de continuidade e descontinuidade encontradas entre os tipos de reflexividade de cada perfil de adultos, parecem ilustrar o processo moroso das mudanças sociais do país e o seu impacto na agência destes indivíduos, cujas vidas se tecem em contextos de fragilidade e volatilidade económica. A presença da reflexividade pragmática e resistente revela que estamos, maioritariamente, perante indivíduos ora orientados pelo presente e pelas questões práticas do quotidiano, ora pela manutenção e as limitações na ação que decorrem da sua posição socioeconómica. Porém, a presença da reflexividade autorreferencial, no perfil dos mais jovens, corrobora o papel relevante e cumulativo dos diferentes capitais na agência e autonomia dos indivíduos, mesmo perante baixos níveis de escolaridade.

Num segundo momento, procurando explorar as dinâmicas sociais que moldam as vidas destes adultos, e por se considerar que consubstanciam uma parte importante da gênese das disposições dos/as entrevistados/as relativamente à educação formal, analisaram-se as suas origens sociais a partir das famílias ascendentes e das suas condições de vida. Os resultados revelaram que estamos perante adultos que, na sua maioria e independentemente da idade, nasceram e cresceram em contextos rurais; em famílias numerosas ou monoparentais; marcadas pela vulnerabilidade económica; com atividades profissionais inseridas entre o 1º e 2º setor; e cuja escolaridade dos pais oscilava entre o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade. As diferenças entre perfis podem ser justificadas pela variável idade refletindo, mais uma vez, as transformações da conjuntura económica e social do país e a própria evolução da escolaridade obrigatória.

Para os pais dos/as entrevistados/as que frequentaram a escola, a relação com a educação formal também revela diferenças entre perfis. Se para todos esta se resumiu à educação inicial e se plasmou em objetivos funcionais, enquanto nos pais dos mais velhos foi fortemente determinada pelo contexto económico e geográfico das suas famílias de origem, no caso dos pais dos mais jovens foi ditada pela escolaridade obrigatória e pelas trajetórias de sucesso/insucesso. Entre os pais e os/as entrevistados/as, e apesar de se encontrar a reprodução de uma relação com a educação formal cingida à educação inicial, captaram-se diferenças na forma como estes se têm posicionado enquanto adultos pouco escolarizados. Para aqueles para quem a relação com a educação formal, resultou no cumprimento da escolaridade obrigatória em vigor, as disposições incorporadas enquanto pouco escolarizados parecem ser menos penalizadoras e motivadoras de sentimentos de frustração e de culpa, do que para aqueles que a abandonaram antes de a terminar. Estas diferenças também se podem justificar pela morosidade da evolução da escolaridade obrigatória, uma vez que os adultos que a concluíram, e apesar de atualmente serem considerados pouco escolarizados, passaram por intervalos de tempo, em alguns casos duradouros, em que socialmente detinham a escolaridade definida como necessária para a sua integração.

Se numa primeira análise, entre os/as entrevistados e os seus pais foi possível atestar ligeiras mudanças que dão conta de uma sucessiva melhoria dos seus níveis de escolaridade e das suas condições de vida, as diferenças entre os perfis revelam que estamos perante uma contra tendência. Senão vejamos, apesar de serem os mais escolarizados dos três perfis, os mais jovens retratam inúmeras dificuldades na concretização da sua independência económica, o que os tem deixado em posições mais vulneráveis do que a dos seus pais. A viver situações de precaridade e de incerteza profissional partilhadas pelos seus pares, mas agravadas pela sua condição de pouco escolarizados, vivem num cenário de alargamento da escolaridade obrigatória em que impera a aprendizagem contínua protagonizando, por isso, e de uma forma mais austera do que a dos seus pares mais escolarizados, um momento de rutura com essa trajetória ascendente da melhoria das condições de vida. Ser-se pouco escolarizado representa, assim, desafios diferentes para os adultos, dependendo da idade e do nível de escolaridade.

Apesar destas mudanças nas condições de vida e nos níveis de escolaridade entre os/as entrevistados e a sua a família ascendente, em nenhum dos três perfis se encontrou expressa a intenção de retorno a processos formais de educação, o que induz a uma reprodução da relação dos seus pais com a educação formal.

Se os modos de vida, estratégias e oportunidades (ou escolhas) dos/as entrevistados/as não se podem dissociar das origens sociais, as redes de sociabilidade

(família, amigos/as e colegas de trabalho) também têm um papel relevante (Costa et al., 1990; Seabra, 2011; Sebastião, 2008). Os resultados aqui apresentados revelaram uma certa convergência dos níveis de escolaridade e da relação com a aprendizagem e educação ao longo da vida, entre os adultos pouco escolarizados e as suas redes de sociabilidade. Esta convergência é corroborada pela manutenção de redes de relações pouco plurais e reduzidas, sobretudo, ao núcleo familiar, o que pode significar a ativação de mecanismos de defesa (fechamento social), e de resposta à experiência de situações de exclusão e desigualdade social, como resultado quer dos baixos níveis de escolaridade (recursos), quer da falta de autonomia e autossuficiência pessoal (sociais) (Bertaux, 2020; Bruto da Costa, 1998; Capucha, 2005). Por sua vez, este fechamento aumenta a probabilidade de reprodução das posições ocupadas na estrutura social com impactos no volume de capital social destes adultos, e nas oportunidades que daí resultam/inibem. Com quotidianos divididos entre a casa e o trabalho, estamos perante adultos que acrescentam aos baixos níveis de escolaridade e à parca expressão de outros contextos de interação/educação/aprendizagem, baixos volumes de capital social. Esta característica partilhada, permite questionar a ideia de pluralidade defendida por Lahire (2001) e poderá estar na origem do que Field (2006) designou de processo de transmissão da exclusão. Os resultados apurados sobre as suas redes e contextos de sociabilidade corroboram a relação entre capital social e educação (Field, 2015), e ilustram o efeito Mateus, no qual menos escolaridade tem significado menor participação e envolvimento em atividades de ALV (Merton, 1968).

Sobre a questão “ficar para trás ou ser deixado para trás” relativamente à relação dos adultos pouco escolarizados com a educação formal, se por um lado, estes entrevistados/as têm sido confrontados com discursos que aludem à responsabilização do indivíduo, como é exemplo a ideia de que se está sempre a aprender para se conseguir sobreviver nas sociedades atuais; por outro, estes resultados revelam que foram faltando algumas das condições favoráveis e necessárias para a sua concretização, nomeadamente as situacionais e disposicionais (Cross, 1981). Assumindo a possibilidade de um efeito cumulativo entre estas barreiras, se em Portugal se acrescentar aos obstáculos aqui apresentados, a volatilidade do subsistema de educação e formação de adultos, a ausência de conhecimento de oportunidades marcadamente descontínuas (Capucha, 2013), bem como a crença de que se trata de uma oferta de segunda, e ainda obstáculos relacionados com a conciliação destas ofertas com as restantes dimensões da vida dos adultos, poderemos estar perante fatores que, por si só, justificam situações de distanciamento com a ALV.

Perante estas conclusões, que nos dão conta de limitações da sua agência e autonomia, é possível afirmar que estamos perante adultos que têm sido deixados

para trás e à margem das sociedades educativas. Não obstante, e embora não tenha sido possível apresentá-los neste artigo, esta investigação pretende, também, compreender os efeitos percutíveis na relação destes adultos com a educação formal de uma evolução exígua das políticas públicas de educação de adultos.

Agradecimentos

A autora agradece à FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento concedida para a realização da sua investigação (SFRH/BD/135682/2018).

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Abrantes, P. (2014). De como escrevemos a vida e a vida se inscreve em nós: um estudo da socialização através da análise de autobiografias. *Educação e Sociedade*, 35(126), 111-127.
- Alves, M. G. (2010). Aprendizagem ao Longo da vida: entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(1), 7-28.
- Archer, M. (1995). *Realist Social Theory: the morphogenetic approach*. Cambridge University Press.
- Ávila, P. (2008). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Celta.
- Ávila, P., & Aníbal, A. (2019). Adultos e Aprendizagem em Portugal. Uma década de avanços e retrocessos no combate às desigualdades sociais educativas da população adulta. In L. Rothés (Org.), *A Participação Educativa dos Adultos: Realidades e Desafios* (pp. 15-39). Mais Leituras.
- Beck, U. (2017). *A Metamorfose do Mundo: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade*. Edições 70.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (M. A. Augusto, Trad.). Celta Editora. (Obra originalmente publicada em 1994)
- Bertaux, D. (1979). *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe. Para uma crítica da antroponomia política*. Zahar. (Obra originalmente publicada em 1977)
- Bertaux, D. (2020). *As Narrativas de Vida*. Mundos Sociais.
- Böhme, G., & Stehr, N. (Eds.) (1986). *The Knowledge Society: The growing impact of scientific knowledge on social relations*. D. Reidel Publishing Company.

- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). Greenwood.
- Bourdieu, P. (1997). *La distinction, Critique Sociale du Jugement*. Les Éditions de Minuit.
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais* (Vol. 2: Cadernos Democráticos). Gradiva.
- Caetano, A. (2016). *Pensar na Vida: Biografias e Reflexividade Individual*. Mundos Sociais.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta.
- Capucha, L. (2013). Em defesa da iniciativa Novas Oportunidades: a qualificação dos adultos é uma prioridade. *Aprender*, (34), 29-65.
- Capucha, L. (2018). Educação de adultos: a ideologia conta. *Fórum Sociológico*, (32), 17-27. <http://hdl.handle.net/10071/16970>
- Carvalho da Silva, V. (2019). Dispositions of Adults with Low Education Levels, and Who Haven't Returned to Formal Education, Towards Lifelong Learning. *European Journal of Education*, 2(2), 86-101.
- Carvalho da Silva, V., & Ávila, P. (2018). Ficar de fora das (novas) oportunidades: um retrato da população pouco escolarizada à margem dos processos de educação formal. In APS, Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.), *Livro de Resumos do X Congresso Português de Sociologia* (pp. 272-273).
- Carvalho da Silva, V., & Ávila, P. (2022). Nas Margens da Sociedade Educativa: Perfis sociais, práticas e atitudes perante a aprendizagem ao longo da vida em Portugal dos adultos que não participam em atividades de educação e formação. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (28), 35-68.
- Cavaco, C. (2013). Formação de adultos pouco escolarizados: paradoxos da perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. *Perspetiva*, 31(2), 449-477.
- CE, Comissão Europeia. (2012). *EU High Level Group of Experts on Literacy* (Final Report, September 2012). Serviço de Publicações da União Europeia.
- CE, Comissão Europeia. (2016). *Adult Education Survey – AES – 2016*.
- CE, Comissão Europeia, EACEA, Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, & Eurydice. (2015). *Educação e Formação de Adultos na Europa. Alargar o acesso às oportunidades de aprendizagem* (Relatório Eurydice). Serviço de Publicações da União Europeia.
- Cedefop, European Centre for the Development of Vocational Training. (2016). *Improving career prospects for the low-educated: The role of guidance and lifelong learning* (Cedefop research paper, No 54). Publications Office.
- Costa, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas* (Coleção Desigualdades). Mundos Sociais.
- Costa, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (1990). Estudantes e amigos – Trajectórias de classe e redes de sociabilidade. *Análise Social*, 25(1/2), 193-221.
- Cross, K. P. (1981). *Adults as Learners. Increasing Participation and Facilitating Learning*. Jossey-Bass.
- Desjardins, R., Rubenson, K., & Milana, M. (2006). *Unequal Chances to participate in adult learning: international perspectives*. UNESCO, International Institute for Educational Planning.

- Drucker, P. (1969). *Uma Era de Descontinuidade*. Zahar.
- Enguita, M. (2007). *Educação e Transformação Social*. Pedago.
- Field, J. (2001). Lifelong Learning. *International Journal of Lifelong Learning*, 20(1/2), 3-15.
- Field, J. (2006). *Lifelong Learning and the New Educational Order*. Trentham Books Limited.
- Field, J. (2015). Social ties, agency, and change: education and social capital in adult life. In Y. Li (Ed.), *Handbook of Research Methods and Applications in Social Capital* (pp. 292-306). Edward Elgar.
- Husén, T. (1974). *The Learning Society*. Methuen.
- IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2013). *Adultos de Baixa Escolaridade: desafios para a aprendizagem ao longo da vida (ALV) em Portugal*. By the Book.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Aprendizagem ao longo da vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011*.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2016a). *Inquérito à Educação e Formação de Adultos – IEFA – 2016* [Microdados].
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2016b). *Inquérito à Educação e Formação de Adultos – IEFA – 2016* [Documento Metodológico].
- Kallen, D. (1980). University and Lifelong Education: a crisis of communication. *European Journal of Education*, 15(11), 61-69.
- Lahire, B. (2001). *O Homem Plural: As Molas da Ação*. Piaget.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma Sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), 11-42.
- Lyon, D. (1992). *A Sociedade da Informação: questões e ilusões*. Celta Editora.
- Martins, S., Mauritti, R., Nunes, N., Romão, A. L., & Costa, A. F. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2), 261-285.
- Maslow, A. H. (1987). *Motivation and personality* (3rd ed.). Harper & Row Publishers.
- Merton, R. K. (1968). The Matthew Effect in Science. The reward and communication systems of science are considered. *Science*, 159(3810), 56-63.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2000). *International Adult Literacy Survey (1994-1998) – Final Report*.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2013). *Programme for International Assessment of Adult Competencies – PIAAC*.
- Seabra, T. (2011). *Adaptação e diversidade. O Desempenho Escolar dos Alunos de Origem Indiana e Cabo-Verdiana no Ensino Básico*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Sebastião, J. (2008). Famílias, estratégias educativas e percursos escolares. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17/18, 281-306.
- Stehr, N. (1994). *Knowledge Societies*. SAGE Publications Ltd.
- UIL, UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2020). *Embracing a Culture of Lifelong Learning. Contribution to the Futures of Education Initiatives* (Report. A transdisciplinary expert consultation).

- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2011). *International Standard Classification of Education*. Institute for Statistics
- Van Nieuwenhove, L., & De Wever, B. (2022). Why are low-educated adults underrepresented in adult education? Studying the role of educational background in expressing learning needs and barriers. *Studies in Continuing Education*, 44(1), 189-206.

Data de submissão: 29/12/2022 | **Data de aceitação:** 12/09/2023



ADAPTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DOS FUNDAMENTOS MORAIS AO TEMA DO AMBIENTE

ADAPTATION OF THE MORAL FOUNDATIONS QUESTIONNAIRE TO THE THEME OF THE ENVIRONMENT

Pedro Rodrigues Costa

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: FCAATI – Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Arte e Tecnologias de Informação, Universidade Lusófona do Porto & CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. Rua de Augusto Rosa 24, 4000-098 Porto, Portugal

E-mail: pedro.rodrigues.costa@ulusofona.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1223-6462>

Edson Capoano

FUNÇÕES: Investigação, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Departamento de Comunicação. São Paulo, Brasil

E-mail: edson.capoano@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6766-802X>

Resumo: Este estudo teve como objetivo avaliar a validade de uma versão adaptada ao tema do ambiente do Questionário de Fundamentos Morais (QFM), e que assenta em cinco fundamentos morais na sua polaridade: dano/cuidado, justiça/reciprocidade, pertença/lealdade, autoridade/respeito e pureza/santidade.

Um total de 179 pessoas participaram em todas as fases do processo. A partir da versão em português do Questionário de Fundamentos Morais (Silvino et al., 2016), e tendo também em consideração o Questionário do Observatório do Consumo Consciente (QOCC), de Loureiro et al. (2017), fez-se uma análise da adequação, para a língua portuguesa e para o tema do ambiente, assente em análises fatoriais. Concluiu-se que uma tipologia assente em dois fatores é a melhor forma de analisar o QFM. Um fator mais da ordem do individual e um segundo mais da ordem da coesão, o que está de acordo com a Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) pois agrupa os fundamentos “dano” e “justiça” em relação aos restantes. Encontramos validade nos fundamentos de coesão e concluímos que o instrumento faz a distinção entre os padrões de moral individualizante e de ligação. Dano e cuidado surgem como os mais influentes e a sua carga fatorial corrobora a versão inglesa e original.

Palavras-chave: moral, teoria dos fundamentos morais, ambiente, análise fatorial.

Abstract: The aim of this study was to assess the validity of a version of the Moral Foundations Questionnaire (MFQ), adapted to the subject of the environment, which was based on five moral foundations: harm/care, justice/reciprocity, belonging/loyalty, authority/respect and purity/holiness.

A total of 179 people participated in all phases of the process. Based on the Portuguese version of the Moral Foundations Questionnaire (Silvino et al., 2016), and also taking into account the Conscious Consumption Observatory Questionnaire (CCOQ), by Loureiro et al. (2017), we included in this study an analysis of the adequacy, for Portuguese language and for the environmental topic, supported by factor analyses. It was concluded that a typology based on two factors is the best way to analyze the MFQ. The first factor more linked to the individual and the second one more associated with cohesion, which is in accordance with the Theory of Moral Foundations (TMF) as it groups the foundations

“harm” and “justice” in relation to the rest. We found validity in the foundations of cohesion and concluded that the instrument distinguishes between individualizing and bonding moral standards. Damage and care appear as the most influential and their factorial load corroborates the English and original version.

Keywords: morals, theory of moral foundations, environment, factorial analysis.

Introdução

Os dilemas morais são comuns no cotidiano. Com as crescentes dinâmicas digitais, essas terão assumido maior presença (Costa, 2020). As plataformas digitais, ao proporcionarem maior exposição pública dos sujeitos, geraram também maior número de opiniões a questões variegadas, o que terá gerado uma crescente multiplicação de dilemas morais (Bloom, 2011). Qual a parte que devo tomar relativamente a um tema em debate? Que argumento utilizar? Como e porquê? Inquietações desta natureza surgem nos mais diversos temas, e na paisagem digital em particular existem discussões sobre vários assuntos que implicam julgamentos morais. Todavia, a temática do ambiente é uma das que mais suscita debate na atualidade (Capoano & Costa, 2021), bem como as suas derivações (Carvalho, 2011).

Tanto a Sociologia da Moral como a Psicologia da Moral abordam o tema centrando-se em dualidades: bem e mal, certo e errado, justo e injusto (Weiss, 2015). No entanto, trabalhos anteriores propuseram a Teoria dos Fundamentos Morais (TFM) (Graham & Haidt, 2010), ampliando o conceito de moralidade em cinco fundamentos para além de justiça e dano: lealdade, autoridade e pureza (Graham et al., 2011; Haidt, 2009, 2012; Haidt & Kesebir, 2010).

A partir de uma perspetiva antropológica e psico-evolucionista, eis que foi proposta a TFM (Haidt, 2009). Isto é, morais e julgamentos sobre aspetos como “certo” ou “errado” inscrevem-se em cinco grandes fundamentos (justiça, dano, lealdade, autoridade e pureza), enquanto a predominância de um fundamento sobre outros varia em função das diferentes dinâmicas verificadas em diferentes grupos sociais (Graham et al., 2011).

Enquadramento teórico

A TFM, em muitas dimensões do julgamento, tem sido capaz de obter bastante aceitação por ser capaz de expor diferenças grupais. Idade, género, classe social e económica, escolaridade, profissão, entre outras, são fatores que tendem a gerar diferenças nos julgamentos morais (Haidt & Graham, 2007). Aliás, corroborando

teses como as de Bourdieu (2001), Touraine (2005) ou Latour (2012). Grupos sociais diferentes associam-se a diferentes dinâmicas e diferentes agentes, e essas diferenças de associação geram dinâmizações próprias.

Assim, e para quantificar e qualificar estas diferenças, a TFM desenvolveu o QFM – Questionário de Fundamentos Morais (Graham et al., 2011). Em contrapartida, Silvino et al. (2016) traduziram, adaptaram e validaram estatisticamente o QFM para o português.

A estrutura da TFM baseia-se em quatro fundamentos teóricos: nativismo, aprendizagem cultural, intuição e pluralidade (Graham et al., 2011).

O nativismo advém daquilo que é inato, tendo como objetivo destacar a vertente antropológica da moral e de seus fundamentos. Estes fundamentos terão sido selecionados para a resolução dos mais variados problemas sociais – psicologia evolutiva. O exemplo do senso de justiça, que se dá nas primeiras fases do desenvolvimento humano, destaca este lado inato da moral (Haidt & Joseph, 2007). Não obstante, este lado inato adere a dinâmicas de contingência, de contexto e de grupo, que posteriormente influenciam a individuação e a socialização (Neves & Costa, 2020).

Relativamente à aprendizagem cultural, importa sublinhar que esta aprendizagem irá proceder a uma segmentação dos fundamentos morais, onde constarão níveis de importância diferentes (Graham et al., 2009). Tendo em consideração a sociologia formista (Simmel, 2004) ou imitativa (Costa, 2021; Tarde, 1979), formas sociais e imitações privilegiadas conseguem gerar hierarquia entre fundamentos morais, fornecendo diferenças na intensidade, na direção e no impacto.

De seguida, a TFM sugere a intuição – tema caro a Kant (2010). Esta teoria avança sobre a tese de que os julgamentos morais são conduzidos por dinâmicas não conscientes e automáticas, o que conduz a experiência e o transcendental a dois sistemas diferentes: um processamento informacional automático e um processamento informacional controlado (Silvino et al., 2016). O julgamento moral surge, numa primeira fase, como heurística moral – gostar de algo ou não; julgar algo de negativo ou positivo. Numa segunda fase, a racionalização da justificação aparece como explicação da reação (*systematic processing*). Assim, na TFM, a heurística moral e o processamento sistemático explicam o aparecimento da intuição (Haidt, 2001).

Por último, a questão da pluralidade. Diferentes dinâmicas geram respostas e fenómenos diferentes. Fatores como a habituação, a imitação ou a individuação, tanto social como individualmente, geram trilhos de ação diferentes e diversos, gerando práticas grupais e práticas individuais diversas. A pluralidade de mecanismos psicossociais interfere nas escolhas, nos julgamentos e nos modos de ação

(Bourdieu, 2001; Latour, 2012; Touraine, 2005). Simmel (2008) descrevia, a título de exemplo, que seguir modas vigentes aliviava o sujeito tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista moral, pois limitava-o a poucas escolhas ou poucas linhas críticas — ainda que lhe restasse alguma margem para a personalização. No mesmo enquadramento, a imitação social preconizada por Tarde (1979) entendia a escolha moral como o reflexo da adoção de trilhos imitativos e contra-imitativos (Costa, 2021).

Tendo em consideração o exposto, Graham et al. (2011, citado em Silvino et al., 2016, p. 488) definem a TFM a partir de cinco grandes fundamentos:

(a) Dano (*Harm*) — refere-se ao sofrimento e inclui a noção de cuidado com o próximo e compaixão; (b) Justiça (*Fairness*) — diz respeito à noção global de justiça e direito, bem como à cooperação, competição e trapaça; (c) Pertença (*Ingroup*) — relacionado ao comprometimento com o grupo, ao autossacrifício, lealdade e vigilância contra traição; (d) Autoridade (*Authority*) — refere-se às obrigações relacionadas à hierarquia, obediência, respeito e cumprimento dos deveres; e (e) Pureza (*Purity*) — diz respeito à influência física e espiritual sobre a castidade, a salubridade e o controle dos desejos. Para os autores originais, é esperado que haja outros fundamentos além dos cinco propostos (Graham et al., 2011), no entanto, os cinco fundamentos oferecem uma explicação mais parcimoniosa para as diferentes manifestações culturais de moralidade. (Silvino et al., 2016, p. 488)

De um modo geral, as diversas críticas à TFM são positivas, sobretudo nos campos da Psicopatologia, Sociologia Política e Psicologia da Religião. Com a TFM tem sido possível encontrar “(...) diferenças tanto entre os países em seus respectivos níveis socioeconômicos. Esses achados ilustram que os fundamentos morais influenciam o comportamento de forma antes não esperada, e que a teoria tem valor pragmático para a descoberta de novas relações” (Silvino et al., 2016, p. 489). Além disso, o QFM resulta de uma amostra de 34 476 inquiridos (adultos) e assenta em dois fatores: um individualizante e outro de coesão. No individualizante, verificaram-se valores consideráveis na decência (0,7) e na castidade (0,67) e valores mais baixos na família (0,34) e na traição (0,48). Na coesão, segundo fator, os valores mais significativos foram encontrados nos itens fraqueza (0,65) e compaixão (0,63) e os menos significativos nos itens matar (0,35) e direitos (0,47). Para Silvino et al. (2016), os autores utilizaram testes fatoriais para perceber se os dois fatores estavam presentes cinco fundamentos arrolados, e tal verificou-se internamente satisfatório (Silvino et al., 2016).

Na tentativa de adaptação do QFM à língua portuguesa, Silvino et al. (2016) foram bem-sucedidos uma vez que os resultados encontrados foram de encontro aos

obtidos por Graham et al. (2011) onde o instrumento se dividiu em dois fatores (Individualizante – HF e Coesivo – IAP). A diferença centrou-se em dois itens de pertencimento que foram retidos no fator Individualizante e um de dano no Coesivo. Nesses casos, é factível ver que as palavras “lealdade” e “traição” ativem um referencial semântico mais fortemente associado a (in) justiça do que para pertencimento nesta amostra. O mesmo ocorre com um item de dano (“Nunca pode ser correto matar um ser humano”) que ficou no grupo IAP. A frase como está redigida pode ser associada a um mandamento religioso, podendo ser interpretado no contexto como próximo à pureza e à autoridade. Uma explicação alternativa é que o deslocamento dos itens seja fruto de diferenças culturais entre as amostras, tendo em vista as origens diferentes dos participantes do estudo de Graham et al. (2011) (maioritariamente estadunidense) e a brasileira. (Silvino et al., 2016, pp. 492-493)

Note-se que o fator HF corresponde a dano (*Harm*) e justiça (*Fairness*) e o fator IAP corresponde a pertença (*Ingroup*), autoridade (*Authority*) e pureza (*Purity*).

Neste caso concreto, iremos proceder a uma outra variação a partir da adaptação de Silvino et al. (2016): converter o QFM para a questão ambiental. Se o QFM está fortemente vocacionado para a medição de questões morais com forte pendor político e religioso na sua dinâmica fatorial individualizante e coesiva, as adaptações que iremos promover visam manter a estrutura das questões apuradas em Silvino et al. (2016), todavia com intervenção nos termos tanto em HF (*harm and fairness* – cuidado e justiça) como em IAP (*ingroup, authority and purity* – pertença, autoridade e pureza), de modo a substituir os aspetos morais gerais por aspetos morais ambientais. Os resultados serão provenientes de três países de língua portuguesa: Brasil, Moçambique e Portugal.

Método

Os desafios ambientais e sociais que se tornaram ainda mais evidentes e maioritariamente aceites, no início do século XXI, como a mudança climática, a perda de biodiversidade, a deflorestação, a poluição, a escassez de água potável, a sobrepopulação, o desenvolvimento urbano e a gestão de resíduos (World Wildlife Fund [WWF], s.d), lembram-nos de como o nosso bem-estar está intimamente ligado a um meio ambiente equilibrado e saudável. Demonstram, ainda, a existência de uma relação inversa: o impacto que as perceções humanas e mediáticas, as atitudes e, especialmente, os comportamentos, têm no bem-estar ambiental (Carvalho, 2011; Swim et al., 2011).

Assim, para avaliarmos a TFM na sua relação com o ambiente, consideramos necessário utilizar os dados gerados pelo QOCC – Questionário do Observatório

do Consumo Consciente, que visa perceber a presença de uma atitude e um comportamento pró-ambientalista ou não (Viveiros, 2019), e que tem vindo a permitir a geração de um Índice Nacional do Consumo Consciente (Fórum do Consumo, 2017; Loureiro et al., 2017).

A relação que iremos estabelecer entre o QOCC e o QFM parte de uma análise comparativa entre as perguntas e os termos utilizados por ambos os questionários, bem como perceber e executar a necessária adequação e adaptação de um QFM32-ambiente. Para tal, teremos em consideração a validação efetuada no QOCC, de modo que se estabeleçam relações entre os fundamentos morais e as atitudes pró-ambientais, nomeadamente através da perceção de atitudes associadas a uma moralidade ambiental na sua relação com os fatores idade e género. Para tal, teremos em consideração os temas presentes no QOCC (Tabela 1), nomeadamente na parte 1 – atitudes e preocupações ambientais e socioeconómicas (Viveiros, 2019).

Dado que tanto o Brasil como Moçambique não possuem de uma resolução específica que trate de apreciação ética de pesquisa com humanos para a área de ciências humanas, e pelo facto deste projeto estar elencado à Universidade do Minho, as questões éticas e deontológicas estiveram a cargo do Conselho de Ética da Universidade do Minho (CEUMinho), órgão de consulta da Universidade de apoio à conceção e acompanhamento de políticas e ações de salvaguarda dos princípios éticos e deontológicos nas áreas da investigação científica, do ensino, da interação com a sociedade e do funcionamento geral da Universidade, de acordo com o estabelecido no artigo 70.º dos referidos Estatutos.

Participaram da validação do instrumento 179 pessoas: 43 pessoas na *validação semântica* e 136 na *validação estatística*. A idade variou entre os 12 e os 65 anos, com média igual a 24,73 anos (DP = 8,1) e mediana igual a 22 anos. A maioria (51,4%) possui nível de ensino médio/secundário/12º ano, seguido por bacharelato/ensino técnico/tecnológico/ licenciatura (34,1%) e depois por mestrado/doutoramento (6,1%) ou pós-graduação (6,7%).

Relativamente ao género dos inquiridos, 46,4% das respostas são do género masculino, 52,5% do género feminino e 0,6% consideram-se de outro género não especificado. Já relativamente à nacionalidade, 55,3% são brasileiros, 28,5% são portugueses e 16,2% são moçambicanos. Quanto às profissões ou ocupações, a amostra revela grande diversidade, embora a ocupação de estudante seja a mais dominante (36,9%).

O instrumento adaptado é o Questionário de Fundamentos Morais em português (QFM32), que é composto por 32 *itens* divididos em duas partes. Na primeira parte, o respondente avalia 16 *itens* em termos de relevância para afirmar que algo é certo ou errado. A escala varia de 0 (zero = não é nada relevante) até 5 (cinco =

Tabela 1 Questões presentes no Questionário do Observatório do Consumo Consciente (QOCC)

Parte 1 Atitudes e preocupações ambientais e socioeconómicas
Estou preocupado(a) com os problemas ambientais
Estou preocupado(a) com a situação económica
Estou preocupado(a) com as alterações climáticas
Estou preocupado(a) com o terrorismo
Estou preocupado(a) com o aumento da população mundial
As pessoas à minha volta encorajam-me a ser mais responsável para com o ambiente
O desenvolvimento tecnológico vai resolver os problemas ambientais
Os problemas ambientais são tão grandes que eu pouco posso fazer
Os problemas ambientais vão ter um impacto na minha vida
Como sociedade, precisamos de reduzir muito os níveis de consumo para melhorar o ambiente para as gerações futuras
Estou disposto a pagar mais por um produto com menos impacto ambiental ou a pagar uma taxa
A natureza tem valor só por si
Os seres humanos formam parte do ecossistema da mesma forma que os outros animais
Parte 2 Comportamentos de poupança e com impacto ambiental
Utilizei o elevador nas deslocações entre pisos
Utilizei as escadas para deslocações curtas entre pisos
Liguei o ar condicionado
Usei os estores para controlar a temperatura
Desliguei o computador quando não estava a utilizá-lo
Desliguei as luzes ao sair das salas
Desliguei o carregador do telemóvel quando não estava a utilizá-lo
Desliguei a televisão utilizando o comando
Deixei a porta do frigorífico aberta enquanto estava a usar o pacote de leite (ou outra embalagem)
Liguei a máquina de lavar roupa só quando estava cheia
Lavei a roupa na máquina a baixas temperaturas
Liguei a máquina de lavar loiça só quando estava cheia
Lavei a loiça na máquina a baixas temperaturas
Desliguei a água enquanto lavava os dentes
Separei o vidro para reciclagem
Separei as embalagens para reciclagem
Separei o papel para reciclagem
Reutilizei papel
Separei as pilhas para reciclagem
Reutilizei sacos para ir às compras
Comprei comida biológica*
Comprei comida produzida em Portugal*
Aproveitei restos de comida
Compro lâmpadas de baixo consumo energético
Compro electrodomésticos de baixo consumo energético (por ex: "energy star"; "Classe A+"; etc.)

Fonte: Viveiros (2019).

extremamente relevante). O valor zero é ancorado com a frase “Esta consideração não tem nada a ver com meu julgamento de certo e errado”. O valor cinco é ancorado com a frase “Este é um dos fatores mais importantes quanto eu julgo o que é certo e errado”. Na segunda parte, são apresentadas 16 afirmações sobre as quais o respondente julga o quanto concorda com cada uma delas. A escala varia de 0 (discordo fortemente) até 5 (concordo fortemente).

Foi ainda adotado, para medir o comprometimento individual ambiental, a dinâmica implícita no INCC – Índice Nacional do Consumo Consciente através do Questionário do Observatório do Consumo Consciente (QOCC), de Loureiro et al. (2017), e utilizada também por Viveiros (2019) para aferir comportamentos pró-ambientais na comparação de Portugal Continental com o arquipélago da Madeira.

A adaptação do QFM original ao QFM-ambiental exigiu a utilização do protocolo de adaptação proposto por Humbleton e Zenisky (2011). Este protocolo visa verificar a similitude, entre as três variantes da língua portuguesa em questão, dos termos usados e respetivos significados, as formas e formatos dos itens, inclusive dos seus leiautes, os sentidos dos textos e suas passagens e os aspetos culturais, quer dizer, se existem graus de abstração ou familiaridade semelhantes nas variantes brasileira, moçambicana e portuguesa da língua portuguesa.

Além do protocolo de Humbleton e Zenisky (2011), utilizamos ainda a ATC – Processo de Adaptação Transcultural, uma vez que o nosso objetivo foi o de promover algumas alterações na moral ao centrá-la na temática do ambiente. Note-se que a equivalência é fundamental na ATC pois surge como medida não enviesada entre dois instrumentos traduzidos. Esta visa esclarecer que as diferenças encontradas entre grupos são reais e não algo resultante da ferramenta usada (Eremenco et al., 2005). Posto isto, a ATC levou-nos a considerar seis dimensões da equivalência: de conceito, de *item*, de semântica, de operacionalização, de mensuração e de funcionamento (Herdman et al., 1997, 1998). Em suma, utilizamos a equivalência conceptual efetuada por Silvino et al. (2016) em língua portuguesa, socorremo-nos de termos utilizados no QOCC (Loureiro et al., 2017; Viveiros, 2019) e mantivemos a estrutura semântica, operacional e de medida, através de revisão e de pré-teste com 43 estudantes universitários (Beaton et al., 2000).

Depois disto, e diante da versão final, obtivemos respostas em formato papel e em formato eletrónico. Foi garantida a inexistência de respostas duplicadas, nomeadamente na seleção de pessoas para as respostas em papel que nunca tivessem respondido *online*.

Em suma, foram feitas análises preliminares, no sentido de testar a amostra e de decidir sobre o número de fatores a ter em consideração na análise em SPSS.

Assim, foram testados, de modo exploratório, modelos com 3, 5 e 6 fatores, ainda que no final, e tendo em consideração Graham et al. (2011), tenhamos ficado apenas pela extração de dois fatores. Optamos por um estudo da correlação bivariada entre cargas fatoriais do QFM (em brasileiro) e do QOCC, isto para aferir da validade convergente. Além disso, tendo em consideração o QFM e a sua estrutura teórica, aplicamos a estratégia de Fatoração dos Eixos Principais (PAF).

Amostra

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil tinha 213,3 milhões de pessoas a 1 de julho de 2021. Por seu turno, as estimativas oficiais de Moçambique contabilizam 31,2 milhões e em Portugal cerca de 10,3 milhões de pessoas no mesmo período (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2021). Logo, não temos uma distribuição de acordo com as quotas populacionais do universo total dos três países, que deveriam ser de 83,7% para brasileiros, 12,2% para moçambicanos e 4,04% para portugueses – em contraponto, obtivemos uma distribuição de 55,3% de brasileiros, 28,5% de portugueses e 16,2% de moçambicanos.

De acordo com os dados disponíveis, a população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019). Por seu turno, Portugal conta com 47,5% de homens e 52,5% de mulheres e Moçambique com 48,3% de homens e 51,7% de mulheres (INE, 2021). A nossa distribuição por gênero dos inquiridos encontra-se muito próxima dos resultados gerais dos três países: mais mulheres que homens e valores próximos (46,4% das respostas são do gênero masculino e 52,5% do gênero feminino).

Resultados

Os primeiros resultados deram indicações de uma considerável adequabilidade da amostra utilizada, pelo que um KMO de 0,845 tende a ser considerado como bom para Field (2013). Todas as variáveis desta conversão revelaram um MSA (adequação da amostra) 0,05: existiu ajuste de variáveis e verificou-se uma multicolinearidade ausente. Além disso, tanto a dimensão da amostra como o valor médio das comunalidades (0,57) estão de acordo com o critério de Kaiser. Neste sentido, e utilizando o valor de referência de carga fatorial verificado em Silvino et al. (2016), que é 0,30, utilizamos a mesma distribuição de dois fatores – ainda que posteriormente tenhamos em consideração os acrescentos relacionados com a questão ambiental (Tabela 2).

Tabela 2 QFM — *Itens* por fatores

Fator HF - <i>harm e fairness</i>
F - Se alguém teve seus direitos negados.
F - Se alguém agiu de forma injusta.
H - Se alguém foi não cruel.
F - Se algumas pessoas foram tratadas diferente das outras.
H - Se alguém sofreu emocionalmente.
H - Se alguém cuidou ou não de alguém fraco ou vulnerável.
F - A justiça é o requisito mais importante para uma sociedade.
F - Quando o governo cria leis, o princípio fundamental deve ser garantir que todos sejam tratados de forma justa.
H - Compaixão por aqueles que estão sofrendo é a virtude mais importante.
H - Uma das piores coisas que alguém poderia fazer é ferir um animal indefeso.
Fator IAP - <i>ingroup, authority e purity</i>
I - Se alguém mostrou falta de lealdade.
I - Se alguém fez alguma coisa para trair o seu grupo.
P - Se alguém agiu ou não de um jeito que Deus aprovaria.
P - As pessoas não deveriam fazer coisas nojentas, mesmo que ninguém seja prejudicado.
P - A castidade é uma virtude importante e valiosa.
A - Se eu fosse um soldado e discordasse do meu comandante, eu o obedeceria de qualquer forma, pois esse é o meu dever.
P - Eu julgaria alguns atos como errados, alegando que não são naturais.
P - Se alguém violou ou não padrões de pureza e decência.
I - As pessoas deveriam ser leais a seus familiares, mesmo que tenham feito algo errado.
A - Homens e mulheres têm papéis diferentes para desempenhar na sociedade.
I - Se as ações de alguém mostraram ou não amor por seu país.
A - Se alguém se adequou ou não às tradições da sociedade.
H - Nunca pode ser correto matar um ser humano.
P - Se alguém fez ou não algo nojento.
I - Eu tenho orgulho da história do meu país.
I - É mais importante trabalhar em equipe do que agir individualmente.
A - Respeito por autoridade é algo que todas as crianças precisam aprender.

Fonte: Adaptado de Silvino et al. (2016).

Tendo em consideração o QFM32 original, levamos em consideração a divisão de fatores promovida por Silvino et al. (2016), com pequenos ajustes oriundos do QOCC e sem modificar os *itens* e a sua estrutura, os verbos e as proposições e suas relações (Tabela 3).

Tendo em consideração um valor sem rotação e superior a um, os resultados sugerem sete fatores que concorrem para explicar a variância em 59,5%. De acordo

Tabela 3 Adaptação do QMF32-ambiente

Questões	Fatores	QMF32 aplicado ao Ambiente
1	H	Se o ambiente sofreu ou não com a ação humana
2	F	Se o ambiente foi ou não tratado de maneira diferente dos outros assuntos
3	H	Se a ação de alguém mostrou ou não amor pela natureza em redor
4	H	Se alguém demonstrou ou não falta de respeito pelos problemas ambientais
5	P	Se alguém violou ou não os padrões de pureza e decência
6	-----	Se alguém foi bom ou não em matemática
7	H	Se alguém cuidou ou não de quem ou daquilo que está fraco ou vulnerável
8	F	Se alguém agiu injustamente ou não
9	I	Se alguém fez alguma coisa para trair o seu grupo.
10	A	Se alguém se adequou ou não às tradições da sociedade
11	P	Se alguém fez algo nojento ou não
12	H	Se alguém foi cruel com o ambiente ou não
13	F	Se os direitos dos animais foram negados ou não
14	I	Se alguém demonstrou falta de lealdade
15	F	Se uma ação causou ou não caos ou desordem ambiental
16	P	Se alguém agiu ou não de uma maneira que Deus aprovaria
17	H	A compaixão por quem está sofrendo devido às alterações climáticas é a virtude mais importante
18	F	Ao fazer leis, a prioridade do governo deve ser garantir que o ambiente seja tratado de maneira justa
19	I	Se as ações de alguém mostraram ou não amor pelo ambiente.
20	A	O respeito à natureza é algo que toda criança precisa aprender
21	P	As pessoas não deveriam fazer coisas nojentas, mesmo que ninguém seja prejudicado.
22	-----	É melhor fazer o bem do que fazer o mal
23	H	Uma das piores coisas que uma pessoa pode fazer é machucar um animal indefeso
24	F	A justiça é o requisito mais importante para uma sociedade.
25	I	As pessoas deveriam ser leais a seus familiares, mesmo que tenham feito algo errado
26	A	Homens e mulheres têm papéis diferentes para desempenhar na sociedade.
27	P	Eu julgaria alguns atos como errados, alegando que não respeitam o ambiente
28	H	Nunca pode ser correto matar um ser humano
29	-----	Eu acho moralmente errado que as crianças de alguns países herdem o ambiente limpo enquanto as crianças de outros países herdem o ambiente poluído
30	I	É mais importante pensar no bem do ambiente do que fazer a minha vontade
31	A	Se eu fosse um soldado e discordasse das ordens de meu superior, eu obedeceria mesmo assim pois esse seria meu dever
32	P	O consumo sustentável é uma virtude importante e valiosa

Fonte: a partir de Silvino et al. (2016).

Tabela 4 Cargas fatoriais HF e IAP, por *item*

Questões	Fatores	QFM32 aplicado ao Ambiente	HF	IAP
1	H	Se o ambiente sofreu ou não com a ação humana	0,307	
2	F	Se o ambiente foi ou não tratado de maneira diferente dos outros assuntos	0,396	
3	H	Se a ação de alguém mostrou ou não amor pela natureza em redor	0,373	
4	H	Se alguém demonstrou ou não falta de respeito pelos problemas ambientais	0,664	
5	P	Se alguém violou ou não os padrões de pureza e decência		0,597
6	A	Se alguém foi bom ou não em matemática		0,545
7	H	Se alguém cuidou ou não de quem ou daquilo que está fraco ou vulnerável	0,627	
8	F	Se alguém agiu injustamente ou não	0,768	
9	I	Se alguém fez alguma coisa para trair o seu grupo.		0,859
10	A	Se alguém se adequou ou não às tradições da sociedade		0,693
11	P	Se alguém fez algo nojento ou não		0,716
12	H	Se alguém foi cruel com o ambiente ou não	0,653	
13	F	Se os direitos dos animais foram negados ou não	0,655	
14	I	Se alguém demonstrou falta de lealdade		0,808
15	A	Se uma ação causou ou não caos ou desordem ambiental		0,743
16	P	Se alguém agiu ou não de uma maneira que Deus aprovaria		0,730
17	H	A compaixão por quem está sofrendo devido às alterações climáticas é a virtude mais importante	0,775	
18	F	Ao fazer leis, a prioridade do governo deve ser garantir que o ambiente seja tratado de maneira justa	0,553	
19	I	Se as ações de alguém mostraram ou não amor pelo ambiente.		0,769
20	A	O respeito à natureza é algo que toda criança precisa aprender		0,417
21	P	As pessoas não deveriam fazer coisas nojentas, mesmo que ninguém seja prejudicado.		0,390
22	H	É melhor fazer o bem do que fazer o mal	0,597	
23	H	Uma das piores coisas que uma pessoa pode fazer é machucar um animal indefeso	0,812	
24	F	A justiça é o requisito mais importante para uma sociedade.	0,561	
25	I	As pessoas deveriam ser leais a seus familiares, mesmo que tenham feito algo errado		0,620
26	A	Homens e mulheres têm papéis diferentes para desempenhar na sociedade.		0,555
27	P	Eu julgaria alguns atos como errados, alegando que não respeitam o ambiente		0,696
28	H	Nunca pode ser correto matar um ser humano	0,760	
29	F	Eu acho moralmente errado que as crianças de alguns países herdem o ambiente limpo enquanto as crianças de outros países herdem o ambiente poluído	0,451	
30	I	É mais importante pensar no bem do ambiente do que fazer a minha vontade		0,532
31	A	Se eu fosse um soldado e discordasse das ordens de meu superior, eu obedeceria mesmo assim pois esse seria meu dever		0,434
32	P	O consumo sustentável é uma virtude importante e valiosa		0,584
Valor médio			0,596	0,628

Fonte: a partir de Silvino et al. (2016).

Tabela 5 Matriz de correlações das componentes

Componente	1	2	3	4	5	6	7
1	1,000	-,126	,153	,169	-,115	,283	,008
2	-,126	1,000	,095	,004	,173	-,128	-,163
3	,153	,095	1,000	,092	,064	,265	,022
4	,169	,004	,092	1,000	,039	,183	,159
5	-,115	,173	,064	,039	1,000	-,004	-,036
6	,283	-,128	,265	,183	-,004	1,000	,116
7	,008	-,163	,022	,159	-,036	,116	1,000

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Método de Rotação: *Oblimin* com Normalização de Kaiser.

Fator 1 (HF): círculo laranja | Fator 1 (IAP): círculo azul

Fonte: Elaboração própria.

com Laros (2005), que sugere a análise paralela e o *screeplot*, verificamos três fatores > 2,5. Com base nesses resultados, optou-se, no entanto, por considerar o critério de Kaiser (apenas considerando fatores >1), levando assim à extração de três e sete fatores com rotação oblíqua. Esta tipologia está de acordo com Graham et al. (2011).

Foi ainda testada uma estrutura com cinco fatores, fazendo corresponder cada um aos cinco fundamentos morais da TFM e do QFM. Na PAF – Fatoração dos Eixos Principais, são sete os fatores com 59,5% de variância acumulada – quatro possuem mesmo valor próprio de 1. No que concerne à matriz-padrão, quatro *itens* e dois fatores com apenas um *item* foram retirados. Os fatores 1 e 2 reuniram a maior retenção de *itens*: dez e nove, respectivamente.

Note-se que Graham et al. (2011) agruparam os *itens* em dois fatores: o individualizante, que junta dano e justiça (DJ), e o coesivo, que aglomera pertença, autoridade e pureza (PAP). Como tal, usamos a PAF – Fatoração dos Eixos Principais, com dois fatores e rotação *Oblimin* tendo em conta a normalização Kaiser (supressão de cargas fatoriais 0,30). Entre as 32 questões, foram retidas 40 (19 no individualizante e 21 no coesivo) (Tabela 4).

Tendo em consideração o exposto, é possível verificar tendências distintas na atitude das pessoas diante situações de julgamento moral em questões ambientais (Tabela 5).

Quanto ao fator individualizante (HF) na relação moral com o ambiente, as questões 23, 17, 28 e 8 são de grande carga fatorial; já entre as menos significativas

deste fator, estão as questões 1, 2, 3 e 29. Quanto ao fator coesivo (IAP), destacam-se as questões 9, 14, 15, 16 e 11, todas com cargas grandes; já entre as menos significativas deste fator, estão as questões 21, 20 e 31.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi adaptar o QFM em português para as questões relacionadas com o meio-ambiente. Pretende-se obter um instrumento metodológico que apure as tendências no seio da TFM. Partindo da divisão da moral em cinco dimensões, e assumindo que estas se relacionam de modo diferenciado com a temática ambiental, espera-se que, numa amostra composta por brasileiros, portugueses e moçambicanos, o QFM32-ambiental seja capaz de apurar os fundamentos, ora individualizantes, ora coesivos, com o ambiente.

Neste sentido, os resultados obtidos estão de acordo com os resultados de Graham et al. (2011) e de Silvino et al. (2016), na medida em que o instrumento e os resultados estatísticos permitem essa divisão em dois fatores: um individualizante (HF) e outro Coesivo (IAP). A diferença centra-se, fundamentalmente, nos pesos das cargas fatoriais quando comparamos HF e IAP com os resultados de Graham et al. (2011) e por Silvino et al. (2016). Ainda assim, as respostas demonstram uma carga ligeiramente maior no fator coesivo, ainda que a diferença seja curta.

Percebe-se que o fator coesivo é mais alto devido a uma maior presença de respostas que inquiridos que se consideram de esquerda (um em cada três inquiridos considera-se de esquerda quando cruzado o QFM com os posicionamentos político-ideológicos). O ambiente aparece assim, no julgamento moral, como fator de integração e coesão — de resto, tal como já havia sido confirmado, no geral, por Haidt e Kesebir (2010). O facto de esta versão encontrar relação entre posicionamento político-ideológico e ambiente, pela vertente coesiva, é para nós relevante, validando assim pressupostos teóricos indiciais (Carvalho, 2011). Além disso, este instrumento pode ser usado noutras dinâmicas de investigação entre portugueses, brasileiros e moçambicanos que, de algum modo, relacionem fundamentos morais e temática ambiental. Esta primeira versão ambiental requer ainda alguns cuidados por parte dos investigadores interessados na temática, mas avança já com potencial significativo para o estudo da moral ambiental nos três países em estudo.

Este instrumento fica, todavia, limitado à sua aplicação em língua portuguesa. Além disso, é limitado se não for aplicado continuamente, permitindo comparações entre amostras e diferentes momentos históricos, e limitado se, tal como indicamos nesta conclusão, não forem feitos cruzamentos entre fatores sociodemográficos e respetivas respostas. Os próximos avanços deste artigo

prendem-se com este aspeto: cruzar resultados com fatores político-ideológicos, de género e de idade.

Financiamento

Este trabalho foi financiado com fundos nacionais de FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., sob os projetos UIDB/00736/2020 e EXPL/COM-JOR/1534/2021.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine*, 25(24), 3186-3191. <http://doi.org/10.1097/00007632-200012150-00014>
- Bloom, P. (2011). Family, community, trolley problems, and the crisis in moral psychology. *The Yale Review*, 99(2), 26-43. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9736.2011.00701.x>
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. Difel.
- Capoano, E., & Costa, P. R. (2021). Emotions, Morals and Resilience: The Consumption of News in Ibero-America During the Covid-19 Pandemic. In D. M. Berube (Ed.), *Pandemic Communication and Resilience. Risk, Systems and Decisions* (pp. 331-345). Springer.
- Carvalho, A. (2011). *As alterações climáticas, os média e os cidadãos*. Grácio Editor.
- Costa, P. R. (2020). Uma cartografia do ódio no Facebook: gatilhos, insultos e imitações. *Comunicação Pública*, 15(29), 1-29. <https://doi.org/10.4000/cp.11367>
- Costa, P. R. (2021). A sociedade enquanto duelo de imitações. Uma releitura de Tarde, G. (1978 [1890]). As leis da imitação [resenha]. Porto: Rés Editora. *Revista Ciências Humanas*, 14(2), 150-159. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a792>
- Eremenco, S. L., Cella, D., & Arnold, B. J. (2005). A comprehensive method for the translation and cross-cultural validation of health status questionnaires. *Evaluation & the Health Professions*, 28(2), 212-232. <http://doi.org/10.1177/0163278705275342>
- Field, A. P. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics: And sex and drugs and rock 'n' roll* (4th ed.). Sage publications.

- Fórum do Consumo (2017). *Índice nacional de consumo consciente*. Observatório do Consumo Consciente.
http://www.forumconsumo.com/Portals/2/imagens/Observatorio_Apresentac%CC%A7a%CC%83o2017.pdf
- Graham, J., & Haidt, J. (2010). Beyond beliefs: Religion binds individuals into moral communities. *Personality and Social Psychology Review*, 14(1), 140-150.
<https://doi.org/10.1177/1088868309353415>
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(5), 1029-1046. <https://doi.org/10.1037/a0015141>
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(2), 366-385.
<https://doi.org/10.1037/a0021847>
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108(4), 814-834.
https://www.motherjones.com/files/emotional_dog_and_rational_tail.pdf
- Haidt, J. (2009). Moral psychology and the misunderstanding of religion. In J. Schloss, & M. Murray (Eds.), *The believing primate: Scientific, philosophical, and theological reflections on the origin of religion* (pp. 278-291). Oxford.
- Haidt, J. (2012). *The Righteous Mind: why Good People Are Divided by Politics and Religion*. Pantheon.
- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: Conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research*, 20(1), 98-116.
<https://doi.org/10.1007/s11211-007-0034-z>
- Haidt, J., & Joseph, C. (2007). The moral mind: How 5 sets of innate moral intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps even modules. In P. Carruthers, S. Laurence, & S. Stich (Eds.), *The Innate Mind* (pp. 367-391). Oxford.
- Haidt, J., & Kesebir, S. (2010). Morality. In S. Fiske, & D. Gilbert (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th ed., pp. 797-832). MacGraw Hill.
- Herdman, M., Fox-Rushby, J., & Badia, X. (1997). 'Equivalence' and the translation and adaptation of health-related quality of life questionnaires. *Qual Life Res.*, 6(3), 237-247. <https://doi.org/10.1023/A:1026410721664>
- Herdman, M., Fox-Rushby, J., & Badia, X. (1998). A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: the universalist approach. *Qual Life Res.*, 7(4), 323-335. <https://doi.org/10.1023/A:1024985930536>
- Humbleton, R. K., & Zenisky, A. L. (2011). Translating and Adapting Tests for Cross-Cultural Assessments. In D. Matsumoto, & F. J. R. van de Vijver (Eds.), *Cross-cultural research methods in psychology* (pp. 46-70). Cambridge University Press.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Consultado de
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-p-or-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos da População Portuguesa*.
https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt
- Kant, I. (2010). *Crítica da Razão Pura*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Laros, J. A. (2005). O uso de análise fatorial: Algumas diretrizes para pesquisadores. In L. Pasquali (Ed.), *Análise fatorial para pesquisadores* (pp. 163-184). LabPAM.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Edições UFBA.
- Loureiro, A., Rousseau, J., Rosa, C., & Gomes, A. (2017). *Observatório do Consumo Consciente: Relatório 2015-2016*. Fórum do Consumo.
- Neves, J. P., & Costa, P. R. (2020). Eu sou tu. Uma Ecosociologia da Individuação. In J. P. Neves, P. R. Costa, P. de V. Mascarenhas, I. T. de Castro, & V. R. Salgado (Eds.), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas* (pp. 25 - 48). CECS.
- Silvino, A. M. D., Pilati, R., Keller, V. N., Silva, E. P., Freitas, A. F. P., Silva, J. N., & Lima, M. F. (2016). Adaptação do Questionário dos Fundamentos Morais para o Português. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 21(3), 487-495.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712016210304>
- Simmel, G. (2004). *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Relógio D'água.
- Simmel, G. (2008). *Filosofia da moda e outros escritos*. Edições Texto & Grafia.
- Swim, J. K., Clayton, S., & Howard, G. S. (2011). Human behavioral contributions to climate change: Psychological and contextual drivers. *American Psychologist*, 66(4), 251-264. <https://doi.org/10.1037/a0023472>
- Tarde, G. (1979). *As Leis da imitação*. Rés editora.
- Touraine, A. (2005). *Um novo Paradigma. Para compreender o Mundo de Hoje*. Instituto Piaget.
- Viveiros, P. D. F. A. (2019). *Atitudes e comportamentos ambientais responsáveis na Região Autónoma da Madeira* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório Científico Lusófona.
https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/9693/1/XXXPDV2018%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20FINAL_18042019-convertido.pdf
- Weiss, R. (2015). Apresentação do dossiê: Sociologia e Moral. *Sociologias*, 17(39), 16-24.
<https://www.scielo.br/j/soc/a/MwbD4YLP4MBtgb8mgCNt7x/?lang=pt>
- WWF, World Wildlife Fund. (s.d.). *Tackling threats that impact the Earth. A future for people and nature – Threats*. Consultado de <https://www.worldwildlife.org/threats>

Data de submissão: 06/10/2022 | **Data de aceitação:** 07/07/2023



PROCESSOS DE TRANSNACIONALISMO NOS EMPRESÁRIOS NEPALESES EM LISBOA

PROCESSES OF TRANSNATIONALISM AMONG NEPALI ENTREPRENEURS IN LISBON

Alexandra Pereira

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Software, Redação do rascunho original, Redação — revisão e edição

AFILIAÇÃO: CECC — Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, FCH — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa. Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, Portugal

E-mail: alepereira@ucp.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8643-4878>

Resumo: Partimos de um enquadramento teórico que se sustenta nos conceitos de transnacionalismo económico, empresarialismo migrante, economias étnicas e diásporas. Neste estudo, temos como principal objetivo analisar os processos de transnacionalismo envolvidos nas atividades dos empresários de origem nepalesa com negócios na cidade de Lisboa. Este enfoque numa população imigrante que é mais recente em Portugal, menos conhecida e em crescimento torna este trabalho particularmente relevante. Trata-se de um estudo qualitativo que engloba 36 entrevistas semi-estruturadas a empresários nepaleses, etnografia e observação participante. Nos resultados analisamos os perfis dos empresários nepaleses, examinamos estratégias de financiamento e formas específicas de desenvolvimento empresarial, bem como modos de transnacionalismo envolvidos. É feita ainda uma comparação com outros empresários imigrantes sul-asiáticos em Lisboa. As conclusões destacam a relevância das redes étnicas transnacionais nepalesas, bem como das estratégias de negócio de base étnica, no empreendedorismo nepalês, permitindo colocar a hipótese da existência de várias economias étnicas separadas nesta migração; foram igualmente detetadas novas formas de transnacionalismo migrante económico.

Palavras-chave: transnacionalismo migrante, empresários nepaleses, economias étnicas, redes migrantes.

Abstract: We start from a theoretical framework based on the concepts of economic transnationalism, migrant entrepreneurship, ethnic economies and diasporas. In this study, we have as our main objective to analyze the processes of transnationalism involved with the activities of entrepreneurs of Nepalese origin with businesses in the city of Lisbon. The relevance of the work is related with the focus on a more recent, growing and not so well known immigrant population in Portugal. This is a qualitative study that encompasses 36 semi-structured interviews with Nepali business people, ethnography and participant observation. In the results we analyze the profiles of the Nepali entrepreneurs and we examine the financing strategies and specific forms of business development, as well as the modes of transnationalism involved. We also make a comparison with other South Asian immigrant entrepreneurs in Lisbon. The conclusions highlight the relevance of Nepali transnational ethnic networks, as well as ethnic-based business strategies in Nepali entrepreneurship, hypothesizing the existence of several separate ethnic economies in this migration; in addition new forms of economic migrant transnationalism were detected.

Keywords: migrant transnationalism, Nepali entrepreneurs, ethnic economies, migrant networks.

Introdução

Analisaremos as características sociográficas e os perfis de 36 empresários nepaleses em Lisboa, Portugal, ligando-os às redes étnicas transnacionais que os suportam. Apresentamos neste artigo, pela primeira vez, parte dos resultados obtidos no âmbito da minha investigação doutoral, que analisou as características das empresas nepalesas em Lisboa e os processos de transnacionalismo a elas associados¹. A investigação aqui apresentada pretende, portanto, responder às questões de partida: Quais são as características gerais do empreendedorismo nepalês em Lisboa (motivações, percursos, perfis e estratégias) e qual é a importância das redes étnicas transnacionais nepalesas para os negócios implementados por estes empresários?

A diáspora nepalesa é hoje calculada em mais de 4 milhões (a maior parte destes migrantes internacionais vivem na Índia, Golfo Pérsico, Malásia e Reino Unido). De acordo com o Banco Mundial, a exposição do mercado de trabalho do Nepal à crise do COVID-19 foi significativa e houve acumulação de dívidas na balança comercial (Banco Mundial, 2022). Segundo Chaudhary (2020), a migração internacional tem sido uma importante fonte de rendimento para muitas famílias nepalesas desde há décadas (57% das famílias dependem da migração internacional e ela contribui com entre 26% e 30% do PIB nacional, o que torna o Nepal num dos países mais dependentes de remessas migrantes no mundo). O Nepal emitiu mais de 4 milhões de autorizações de trabalho para trabalhadores emigrantes entre 2008-2018 (Chaudhary, 2020). Além de questões estruturais como a fragilidade da economia nepalesa, salários baixos, falta de perspetivas no mercado de trabalho e desemprego da população jovem, outro fator que influencia a decisão de migrar dos nepaleses é a existência de redes formais bem estabelecidas — isto é, agências de recrutamento. A imigração nepalesa para Portugal cresceu sobretudo a partir da crise económica de 2008-2009 e apresentou um aumento de 2360% (25 vezes) nos últimos 10 anos (Borelli, 2022). Embora esta migração seja predominantemente masculina (cerca de dois terços são homens), os números do influxo feminino têm vindo a aumentar².

1 Aqui, optámos por nos concentrar apenas nos empreendedores nepaleses e nos atributos/particularidades dos seus negócios (deixando de parte os trabalhadores).

2 Tendo Portugal uma das mais baixas taxas de fertilidade e mais elevadas taxas de envelhecimento demográfico da Europa (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2023), nos últimos 5 anos registaram-se quase 2 mil nascituros de mães nepalesas no país. Esta nacionalidade ocupava o 4º lugar, atrás dos bebés nascidos de mães brasileiras, angolanas e cabo-verdianas em Portugal (Oliveira, 2020).

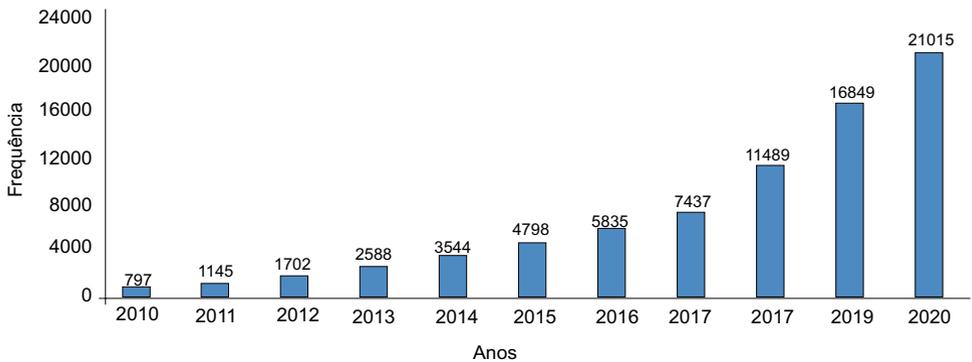


Figura 1 Stock de nepaleses em Portugal por sexo (2010-2020)

Fonte: Elaborado pela autora. SEFSTAT (2022).

Através do Figura 1, observamos que havia 797 nepaleses documentados a residir em Portugal no ano de 2010, número que aumentou para 21.015 residentes documentados em 2020 (SEFSTAT, 2021). Segundo os dados do *Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes: 2023* (Oliveira, 2023), 36% dos trabalhadores nepaleses por conta de outrem em Portugal, em 2021, tinham o ensino secundário completo e 38,2% tinham o 3º ciclo do ensino básico, mas apenas 3% possuíam o ensino superior. Além disso, a nacionalidade nepalesa era aquela com menores remunerações base médias, com -35% de remuneração base média mensal que os trabalhadores portugueses em 2021 (Oliveira, 2023), e também aquela que mais vivia em alojamentos sobrelotados (74%) em 2021 (Monteiro, 2023). De acordo com dados recolhidos pessoalmente em 2018 junto da Fundação Cidade de Lisboa/CLAIM Campo Grande, entre 2010 e 2016, o número de nepaleses a viver e trabalhar em Lisboa aumentou seis vezes. Estes números não ponderam os milhares de migrantes não-documentados³, que têm diminuído em relevância, em decorrência de processos de legalização extraordinários.

Os empresários nepaleses em Lisboa serão comparados entre si e com outros empresários imigrantes locais, bem como com os seus homólogos acolhidos noutros

3 Induzidos através de uma análise do número de trabalhadores agrícolas nepaleses que permanecem não-documentados no pós-pandemia, dos números de contra-ordenações e ordens de expulsão do território nacional de cidadãos nepaleses, bem como daqueles que foram vítimas de processos de tráfico humano (divulgados nos Relatórios Anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF durante os últimos 5 anos), mas também através de um cruzamento com o número cumulativo de cidadãos nepaleses registados e ativos junto das diferentes associações nepalesas em Portugal e do Consulado do Nepal em Portugal.

países europeus. Temos enquanto objetivos a comparação aprofundada dos 36 empresários nepaleses entrevistados em Lisboa; determinar os perfis e estratégias destes empreendedores, bem como as suas redes nacionais e internacionais e a sua mobilidade intra ou interurbana em Portugal; determinar os contributos gerais comparados dos empresários nepaleses para a empregabilidade e mobilidade social dos seus coétnicos, para a economia de Lisboa, para a recuperação económica nacional portuguesa e para a internacionalização do comércio. A originalidade do artigo reside no enfoque numa população imigrante mais recente em Portugal, menos conhecida, e em crescimento. Assim, este artigo inicia-se com um “Enquadramento teórico” que engloba aspetos de transnacionalismo e transnacionalismo económico para enquadrar o empreendedorismo migrante e contextualizar economias étnicas e redes migrantes, bem como questões especificamente relacionadas com a diáspora nepalesa. Segue-se uma descrição da “Metodologia” usada para efetuar as 36 entrevistas com empresários nepaleses da cidade de Lisboa. Os “Resultados” traçam não só os perfis sociodemográficos dos empresários, como abordam aspetos ligados ao transnacionalismo económico e estratégias empresariais respetivas, ensaiando uma perspetiva comparativa. A “Discussão” aborda temas de género, casta, etnia, percurso migratório e tempo de estadia em Portugal nos seus entrecruzamentos com a empresarialidade migrante. Além disso, discute o carácter internacional das redes comunitárias e os modos como as redes étnicas transnacionais sustentam as atividades empresariais em Lisboa, além das iniciativas ligadas ao desenvolvimento do país de origem (Nepal). Por fim, as “Conclusões” resumem estratégias e motivações dos empresários, bem como as formas de transnacionalismo migrante económico detetadas, transnacionalismo *from below* e *from above*.

Enquadramento teórico

Começaremos por dedicar alguma atenção às categorias analíticas do transnacionalismo económico, empreendedorismo migrante e economias étnicas, bem como às redes migrantes e à noção de diáspora.

Transnacionalismo e transnacionalismo económico

De forma sumária, mudanças sociais significativas nos meios de transporte, nas formas de comunicação e nas condições económicas — ao longo de todo o século passado — conduziram a mudanças quantitativas e, consequentemente, também qualitativas nos fenómenos transnacionais (Portes et al., 1999; D. Schiller, 1999). O conceito de transnacionalismo abrange relações além-fronteiras: enquadra um

conjunto muito amplo de laços, que vão desde os económicos (como remessas), aos sentimentos nacionalistas, comunicações frequentes com amigos e familiares, movimentos de retorno, atividades de não-imigrantes, parcerias em negócios transnacionais ou criação de organizações transnacionais. Alguns autores distinguiram entre transnacionalismo *from above* e *from below* (Smith & Guarnizo, 1998). Esta diferenciação separa atores individuais ou grupais de atividades decorrentes de iniciativas oficiais, organizacionais e estatais — os dois níveis podem colidir ou contradizer-se, em termos de objetivos e interesses. O trabalho de Basch et al. (1995) focou-se na “transmigração” como um processo transnacional chave, no quadro da reorganização do capitalismo global — foram-lhe apontadas vantagens, nomeadamente enquanto ponto de partida para o exame das relações sociais dos migrantes envolvidos com os Estados-nação desenvolvidos e pós-coloniais.

Uma das formas de transnacionalismo migrante é marcadamente económica: ela está ligada à magnitude das remessas e maneiras de remeter capital, às características do empreendedorismo associado e às modificações paralelamente registadas nos arranjos institucionais. Na prática, surgem empresas étnicas transnacionais híbridas e negócios que ligam comunidades da diáspora umas às outras e à origem, via campos sociais transnacionais. O transnacionalismo económico refere-se às atividades transnacionais de natureza económica ou à criação de estratégias, atividades e instituições económicas transnacionais contextualizadas, inseridas em formações sociais transnacionais mais alargadas. Diferentes comunidades migrantes do sul da Ásia, desenvolvendo laços económicos internacionais, foram estudadas ao longo do tempo (cf. Lacroix, 2014, 2018; Light, 1972; Vertovec, 2004; entre outros)⁴. Diversos autores (Gellner & Hausner, 2018; Kharel, 2016; Light & Bonacich, 1991; Light & Gold, 2000; Portes, 2003; Sijapati, 2009; Yeoh & Ramdas, 2014; Zhou, 2004) estudaram transnacionalismo entre migrantes asiáticos, notadamente os campos sociais e as empresas étnicas formadas, a politização do processo migratório e as misturas religiosas na diáspora ou o surgimento de instituições híbridas, as profissões ou nichos étnicos, as comunidades que levam consigo sistemas de castas e formas de organização social da origem, ou ainda o ativismo migrante *grassroots*.

4 Poderemos ainda distinguir formas de transnacionalismo migrante sociocultural e de cariz político, associadas à ampla dispersão de ideologias, às diferentes modalidades de intervenção e aos múltiplos modos de pertença política e ativista (cf. Basch et al., 1995; Levitt, 2010; Martiniello & Lafleur, 2008; N. G. Schiller & Çağlar, 2011; N. G. Schiller & Fouron, 2001; Smith & Guarnizo, 1998; Vertovec, 2011, 2013; entre outros), bem como ao ativismo político transnacional *bottom-up* levado a cabo por migrantes utilizando novas ferramentas digitais, redes sociais, canais de aplicações, fóruns *online*, entre outras ferramentas.

Empreendedores migrantes, economias étnicas, redes e diáspora

Consideraremos, aqui, uma definição de empreendedores migrantes que englobe tanto a característica de “imigrantes temporários” atribuída às *middleman minorities*, quanto a noção de “enclave étnico” (Wilson & Portes, 1980), quanto ainda os diversos fatores que interferem no tipo de negócio criado (Basu & Altinay, 2002). Por “negócio étnico” entenderemos a empresa surgida num ecossistema com recursos étnicos que podem ser explorados, que é possuída e gerida por coétnicos, com funcionários que são maioritariamente coétnicos (podendo ser familiares e também não-coétnicos) e cujos clientes são, na sua maioria, coétnicos igualmente (mas também podem pertencer a outras minorias ou à sociedade de acolhimento); os fornecedores dessas empresas são ainda tendencialmente coétnicos. Adotamos as definições de economia étnica de Bonacich e Modell (1980) e de Light et al. (1993). Há menções aos estudos sobre minorias intermediárias em Bonacich (1973). Já o conceito de “economia étnica” foi operacionalizado da seguinte forma: qualquer imigrante ou grupo étnico auto-empregado, os seus empregadores, os seus trabalhadores étnicos e os seus familiares não-remunerados. (Bonacich & Modell, 1980)⁵.

As economias étnicas possibilitam que grupos étnicos “mantenham bairros, apoiem instituições comunitárias, assistam os indigentes, treinem os recém-chegados, eduquem e protejam as crianças, desenvolvam o poder político e preservem a sua integridade cultural” (Light & Gold, 2000, p. X). Estes autores adotam a definição de economias étnicas proposta por Bonacich e Modell (1980), mas alteram a sua designação para *ethnic ownership economies* e distinguem aquelas das *ethnic controlled economies* (Bonacich & Modell, 1980; Light & Gold, 2000). As *ethnic ownership economies* são baseadas na pertença e no direito de propriedade: consistem em negócios de tamanho pequeno e médio, que são propriedade de empreendedores étnicos ou imigrantes, seus trabalhadores e ajudantes coétnicos. Já as *ethnic controlled economies* são aquelas cujo fundamento é o controlo de facto (não a autoridade da posse), com base em números, *clustering* e organização: referem-se a indústrias, ocupações e organizações do mercado de trabalho geral nas quais empregados coétnicos (não os donos) exercem poder económico apreciável e persistente (que resulta do seu *clustering* numérico, preponderância, organização, mandatos governamentais, ou dos quatro anteriores) e permitirão aos coétnicos assegurar mais e melhores trabalhos no mercado *mainstream*, reduzir o desemprego e melhorar as suas condições de trabalho. Os autores pretenderam que estas últimas sumarizassem as noções de “nicho étnico” (Waldinger, 1996a,

5 Cf. Bonacich (1973), Light et al. (1993) e Modell (1977).

1996b), “hegemonização étnica” (Jiobu, 1988) e “efeito da sobre-representação” (Logan et al., 1994). As discussões sobre esta temática evoluíram com a proposta de tipologias de estratégias empresariais de imigrantes, com destaque para aquela desenvolvida em Portugal por Oliveira (2005, 2017, 2019).

Há uma relação íntima das migrações com a dependência, criação, reforço e recriação de redes sociais (Portes & Bach, 1985). As redes podem ser pesquisadas na sua relação com as atividades transnacionais de certos grupos de migrantes. Ao estudar a diáspora nepalesa em Portugal, seguiremos a definição proposta por Cohen (1997) e ponderaremos as considerações de Brubaker (2005), que vão além da bipolaridade (conservadora/hibridização) introduzindo a complexidade do tempo e do espaço na definição de diáspora.

Metodologia

Procurando determinar as características gerais do empreendedorismo nepalês em Lisboa, assim como a importância das redes étnicas transnacionais nepalesas no contexto desse empreendedorismo, esta pesquisa qualitativa combina observação participante e método etnográfico com 36 entrevistas semiestruturadas (1 ¹/₂ horas de duração) a empresários nepaleses na cidade de Lisboa. Os indivíduos são do sexo masculino e feminino, maiores de 18 anos e foram selecionados por meio de amostragem não-probabilística (método bola-de-neve). Através deste método, houve abordagem aos primeiros participantes em restaurantes e mercearias da cidade e estes intermediários recrutaram e indicaram outros para entrevista, de forma linear. A análise das entrevistas foi feita via análise de conteúdo temática, além da análise quantitativa dos dados sociodemográficos e empresariais coletados (MAXQDA). A observação participante direta ocorreu através da imersão de longo-prazo, da investigadora, na cultura da comunidade nepalesa em Lisboa, enquanto membro marginal (incluiu frequentar encontros internacionais de empresários nepaleses, os seus negócios e lojas e assistir a contatos com fornecedores, sócios, clientes e ao recrutamento de *staff*, frequentar festivais nacionais nepaleses e dos grupos étnicos, frequentar eventos promovidos e patrocinados por grupos específicos de empresários nepaleses, frequentar eventos como aniversários ou casamentos de empresários, ou ainda diferentes cerimónias religiosas onde participaram empresários nepaleses).

Resultados

Apresentamos de seguida os resultados obtidos, para uma caracterização geral dos empresários nepaleses entrevistados — a saber: descrevemos os seus perfis, trajetórias migratórias e duração da estadia no destino, origens e características étnicas, culturais, religiosas e linguísticas, educação/formação e respetivas áreas de atividade empresarial; e número de trabalhadores que empregam. A esmagadora maioria dos empresários nepaleses entrevistados é do sexo masculino (33), com apenas três empresárias nepalesas representadas⁶. A idade dos empresários nepaleses entrevistados varia entre os 25 e 63 anos, tendo a maioria (29 de 36 entrevistados) entre 25 e 45 anos. Quanto ao estado civil dos empresários, a Tabela 1 resume essa informação:

Tabela 1 Estado civil dos empresários nepaleses, em frequências e por sexo (N = 36)

Sexo	Estado Civil	
	Casado/a	Solteiro/a
	Homem	27
Mulher	3	0

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Já o grupo étnico foi registado de acordo com a autoclassificação dos sujeitos. Entre os empresários entrevistados em Lisboa, prevalecem os Kshatriya (Chhetri e Thakuri): nove são Chhetri (um quarto dos entrevistados) e cinco outros são Thakuri, seguidos por empresários dos grupos étnicos Newar, Sherpa e Khas-Bahun. A maioria dos empresários provinha de Catmandu, do chamado *MidWestern* Nepal, das regiões de Pokhara e Chitwan.

A casta é uma forma de estratificação social que se caracteriza por endogamia, transmissão hereditária de estilo de vida (o que frequentemente inclui ocupação, nível educacional, estatuto ritual numa hierarquia e formas de interação social ou exclusão baseadas nos costumes, em conexão com as noções de “pureza” e “impureza”). Embora o sistema de castas e subcastas esteja abolido por lei no Nepal há várias décadas, ele ainda molda ocupações, oportunidades de estudo e representação política, estatuto socioeconómico, entre outros indicadores. O subgrupo de casta

⁶ O que contrasta com o número de migrantes do sexo feminino (36,8%) registado na comunidade nepalesa em Portugal em 2021 (SEFSTAT, 2022).

autodeclarado pela maioria dos empresários entrevistados é Chhetri⁷. A religião dos membros da diáspora é polítropa (assume diferentes variedades e há mistura de práticas religiosas). De um modo geral, 26 empresários são Hindus, quatro são Budistas Tibetanos, dois são Hindus-Budistas, um é Hindu-Animista, um é Budista e um é Cristão. Os grupos linguísticos dos empresários mostram igualmente relações gerais com a etnicidade. Verificamos que metade (18) dos empresários mencionam apenas o Nepalês como seu grupo linguístico⁸. O tempo de permanência em Portugal varia entre um ano e meio e 24 anos⁹. Quanto à composição dos agregados familiares dos empresários nepaleses, 21 faziam parte de um casal com crianças. Dos 36 empresários, 10 já tinham vivido no Reino Unido anteriormente, três na Bélgica e dois na Holanda, Dinamarca ou Noruega. As áreas de formação (9 com formação técnico-profissional e 12 superior) registadas são: gestão empresarial (6), hotelaria e turismo (6), tecnologias de informação e telecomunicações (3), direito (2), relações internacionais (2), enfermagem (1) e gestão da saúde (1). Nas suas áreas de negócio destaca-se o setor terciário. Porém, dois empresários dedicam-se igualmente à agricultura (setor primário) e dois à consultoria (setor quaternário)¹⁰.

Uma das estratégias que os empreendedores migrantes podem utilizar para facilitar a sua adaptação a situações novas, sociedades em mudança, mercados volúveis e imprevisíveis é a versatilidade: o desenvolvimento de várias áreas de negócio em simultâneo, que podem ou não complementar-se, assim como competências e conhecimentos em domínios que vão desde as novas tecnologias e artesanato ao enoturismo. Sobressaem a versatilidade e flexibilidade dos empreendedores (a maioria deles tem experiência em diversas áreas de negócio – p. ex.: restauração e recrutamento agrícola), tal como algumas combinações originais de atividades (p. ex.: agência de viagens, mercearia e exportação de vinho). Quando não existe concentração de negócios numa área de atividade e respetiva especialização, há versatilidade nos negócios (ou mesmo ambas as estratégias – p. ex.: especialização na restauração, mas diversificação com hotelaria), procurando

7 Há um indivíduo para cada um dos seguintes subgrupos: Brahmin Khas-Bahun, Shrestha, Tharu, Mingyagpa, Puri, Upreti, Pariyar e Magarati.

8 Outros empresários declararam fluência Sherpa, Newari, Khas-Kura. E outros ainda em Tamang, Gurkha, Thakuri, Bhojpuri, Hindi, Puri e Árabe. A diversidade étnica e regional dos entrevistados permite supor a fluência em mais línguas maternas do que as autodeclaradas.

9 Dos empreendedores, 31 permanecem em Portugal por períodos que variam entre 1,5-10 anos. Cinco empresários residem em Portugal há 16-25 anos.

10 Cumulativamente com outras áreas de atividade ou não, a esmagadora maioria (31) são empresários ligados à restauração e às mercearias e supermercados – o que tem equivalências com os dados recolhidos no Reino Unido (Centre for Nepal Studies UK [CNSUK], 2015). Outras áreas de atividade observadas são: agência de viagens, artesanato, consultoria ou imobiliário.

assegurar a diversidade de produtos e serviços (multiatividade). O total de trabalhadores dos 36 empresários entrevistados variava entre 2 e 150 — o número total foi de 584. Com até 15 empregados, 30 destes negócios são de escala pequena ou familiar, atendendo essencialmente fins de sobrevivência e documentação. Os principais critérios de recrutamento são as ligações pessoais e étnicas (22), a competência, talento e qualificações (21) ou a confiança e lealdade que os empresários reconhecem nos trabalhadores (18); 19 declaram ter recorrido a empréstimos informais, incluindo por parte de familiares e amigos; 13 recorrem a financiamento próprio e 6 solicitaram crédito formal em Portugal. O entrevistado n.º 33 faz parte dessa pequena minoria: “Sim, já solicitei empréstimos [formais] em Portugal e no Nepal. Em Portugal, recorri a um banco português” (entrevistado n.º 33).

Mas quando estes empreendedores necessitam de financiamento, há uma clara predominância de canais informais (sobretudo recorrendo a coétnicos — no sentido estrito: pertencentes ao mesmo grupo étnico nepalês que o empreendedor específico — tanto em Portugal quanto noutros países de acolhimento, ou a familiares — por inerência, os familiares tendem a pertencer à mesma casta que o empreendedor visado). Porém a maioria já havia solicitado empréstimos formais no Nepal e em Portugal (11), Reino Unido (7) ou outros, como a Dinamarca (2):

No Reino Unido sim [já recorri a empréstimos]. Em Londres, eles ajudam os negócios e os estudantes também. Se os bancos aqui pudessem ajudar a baixar as taxas de juro... A minha opinião é que deveria haver empréstimos do governo com baixas taxas de juro. (entrevistado n.º 21)

O entrevistado n.º 5, por seu turno, detalha como obteve financiamento para iniciar o seu negócio: “Através de um empréstimo junto de um banco português. Revelou-se mais fácil para mim porque tinha formação em *Hospitality* e Gestão no Reino Unido” (entrevistado n.º 5).

Isto contrasta com outros casos menos bem-sucedidos, como o do entrevistado n.º 20, que solicitou empréstimos a familiares e amigos no Dubai, Nepal, Qatar, Portugal e investiu também num café, além de uma mercearia: vê-se confrontado com elevadas taxas de juro, sofre de insónias, *stress* e outros problemas de saúde devido às rendas em atraso, deixou de ter lucros e não consegue pagar salários e contas.

Dos empresários, 17 enviam capitais (através de fluxos financeiros e com fins produtivos) para Portugal ou para outros países; 24 recebem capital de terceiros. É clara a tendência para terem, como sócios e co-empreendedores fora e dentro do país familiares. O que confirma a tendência para as pequenas empresas se apoiarem em redes familiares e coétnicas. Quando precisava de financiamento, o entrevistado n.º

6 recorria: “À minha família nepalesa, à venda de propriedades no Nepal, a sócios nepaleses ou a pessoas da minha região de origem [Gurkhas]” (entrevistado n.º 6).

Detetámos uma estratégia paralela ou adicional de investimento/financiamento dos negócios, através do patrocínio regular de eventos étnicos em Lisboa — referidos por alguns empresários como uma “forma de investimento” da sua parte. Estes eventos (que incluem concertos, celebrações de cariz étnico, reuniões, jantares, etc.) são frequentes e, com a participação de centenas ou milhares de pessoas, permitem que os patrocinadores compartilhem lucros regulares (por meio da venda de ingressos e bens de consumo), usando-os como estratégias de capitalização.

Como principal critério para estabelecer relações comerciais, a maioria dos empresários valoriza o “preço” (24), seguido da “qualidade” (19) e da “confiança” (18); alguns apontam a relevância dos critérios “conacionalidade” e “grupo coétnico” (p. ex.: “redes de Sherpas”). Todos declaram ter parceiros ou fornecedores em Portugal e na Europa — com destaque para o Reino Unido, Bélgica, ou Itália e Espanha. Muitas empresas nepalesas são internacionais ou mesmo transnacionais — em termos do seu fornecimento, recrutamento, financiamento, envio e recebimento de bens de consumo ou capital, recursos e serviços: “Recebo dinheiro [pagamentos e fluxos financeiros] de outros parceiros europeus... Envio artesanato para outros países europeus, sim, tenho clientes noutros países europeus” (entrevistado n.º 14).

Verificamos que 19 empresários não têm investimentos pessoais no Nepal e 17 afirmam tê-los; 22 possuem clientes no país de origem e trabalham com empresas parceiras que também os têm¹¹: “Tenho investimentos no Nepal e na Austrália. Na Bélgica, tenho apenas facilitadores de negócios e parceiros” (entrevistado n.º 8).

Metade dos entrevistados declaram pertencer a ONGs ou *Charities* e oito deles estão envolvidos em associações nepalesas ou étnicas em Lisboa, ou em organizações da diáspora nepalesa, como a NRNA — Non-Resident Nepalis Association¹². Essas *Charities* e ONGs possuem uma natureza familiar e coétnica, estão ligadas a vários negócios familiares e facilitam vantagens fiscais. Três dessas *Charities* e ONGs tinham a sua sede principal, ou única, em Lisboa.

No caso nepalês, a migração internacional tem uma grande relevância económica. Constatamos até o recrutamento de trabalhadores para a agricultura em Portugal, envolvendo uma panóplia de intermediários — incluindo indivíduos legados à política ou líderes comunitários tornados empresários. O esforço para ajudar ao desenvolvimento do Nepal é articulado e de cariz transnacional: uma maioria dos

11 Importam, na maioria dos casos, bens de consumo (17) e mão-de-obra da origem, ao passo que exportam sobretudo serviços e bens de consumo para o Nepal.

12 Organização-chapéu da diáspora em +70 países, embora muito politizada.

entrevistados participa de forma direta nesse esforço. A maioria dos empresários em Lisboa descreve, ainda, o Nepal como “casa-mãe” e “aquilo que os une” (há consciência diaspórica). Segundo o entrevistado n.º 4:

[as autoridades nepalesas] Valorizam cada vez mais [o contributo da diáspora]... Já perceberam a importância dos emigrantes para a economia e para o trabalho social no Nepal. Com o terremoto [de 2015, seguido de crise humanitária e *lockdown* pela vizinha Índia], isso ficou ainda mais evidente. (entrevistado n.º 4)

Registaram-se intensas redes de comércio europeu e internacional entre a diáspora nepalesa em Lisboa, de cariz coétnico e familiar. Essas redes importam e exportam bens, produtos e serviços e recrutam mão-de-obra (por exemplo, para a agricultura nas regiões rurais). Alguns dos setores de atividade mais ligados ao comércio internacional foram: hotelaria, imobiliário, agricultura, serviços de agências de viagens, supermercados e restaurantes. Os produtos agrícolas eram exportados sobretudo para o norte da Europa.

Os trabalhadores empregados por estes empresários são, na sua maioria, também oriundos do Nepal. Não obstante, mais de metade dos empresários têm preferências ao nível do recrutamento: preferem coétnicos e familiares, pessoas oriundas da mesma região geográfica de origem no Nepal, trabalhadores desempregados e com carências, leais e confiáveis, experientes e competentes, do sexo masculino e jovens. Uma larga maioria de entrevistados declara que o principal motivo para efetuar recrutamento dentro da comunidade nepalesa é “ajudar a nossa comunidade”.

Discussão

Este estudo inclui apenas três entrevistas com mulheres nepalesas — podemos discernir alguns argumentos que o justificam. O acesso das mulheres migrantes nepalesas especificamente à empresarialidade e a posições de liderança dentro desta migração aparenta estar parcialmente comprometido¹³, em parte devido à ausência de estruturas de apoio à maternidade e, em parte, devido à natureza patriarcal, patrilocal e patrilinear da sua sociedade e cultura de origem. Os Kshatriya constituem quase metade (15) dos entrevistados, ao passo que Tamang,

13 Pariyar (2011) e Pariyar et al. (2014) levantaram a hipótese de que obstáculos significativos à integração poderiam acentuar uma natureza patriarcal nas estruturas da migração nepalesa e influenciar uma obediência mais inflexível aos sistemas de casta herdados da origem. Da mesma forma, no Reino Unido, a grande maioria dos empresários oriundos do Nepal é do sexo masculino (CNSUK, 2015).

Sanyasi-Dashnami/Puri, Tharu, Purti e Sudra-Dalits aparecem subrepresentados¹⁴. No total, mais de dois terços (27) dos empresários declaram pertencer a castas elevadas dentro do seu grupo étnico. Isto parece indicar uma certa rigidez dos sistemas étnico-religiosos de casta transpostos da origem para o país de destino, como já verificado por alguns autores ao compararem os migrantes nepaleses na Bélgica e Reino Unido (Gellner et al., 2016; Pariyar, 2022). Existem associações entre grupos étnicos e religiões declaradas pelos nossos empresários nepaleses — grupos étnicos com posições sociais mais elevadas tendem a ser Hindus ou Hindus-Budistas, tal como era a família real nepalesa e são ainda muitas elites nepalesas, ao passo que as chamadas “nacionalidades indígenas” nepalesas tendem a adotar mais frequentemente o Budismo ou o Animismo (Adhikari & Gellner, 2019; Gellner & Hausner, 2018; Owens, 2021). Períodos mais longos de permanência em Portugal podem ajudar a explicar o tamanho alcançado pelos negócios de alguns empresários. No total, dois terços (24) empresários viveram/trabalharam noutros países europeus antes de chegarem a Portugal, o que ilustra a importância das redes intra-europeias criadas e dos trajetos migratórios complexos.

Os empresários nepaleses estão sobrerrepresentados nos órgãos de gestão dos grupos e associações da comunidade nepalesa, têm qualificações mais elevadas, acesso a experiências de gestão profissional, a redes mais alargadas e a maior quantidade de recursos comunitários. Os grandes empresários nepaleses na capital portuguesa representam uma minoria, desempenham cargos de administração, chegaram a Portugal há 15 anos (uma das famílias pioneiras chegou há mais de 25 anos) e falam português fluentemente. No que se refere à relevância dos diversos tipos de transnacionalismo nas empresas de nepaleses em Lisboa (Vertovec, 2004), resumidamente, os dados recolhidos permitiram coletar uma ampla gama de relações de troca (trabalho, serviços, bens de consumo) registada entre países europeus e com o Nepal, bem como diversidade de fornecedores de outros grupos migrantes ou portugueses e a transferência de um montante significativo de recursos entre Portugal, Nepal e outros países. Verificou-se o carácter internacional das associações, redes comunitárias e étnicas, com um *modus operandi* bem estabelecido; tal como uma vontade de auxiliar o desenvolvimento do país de origem (Nepal) e a

14 Os grupos com maior relevância empresarial são, no Reino Unido: Kshatriya, Khas-Bahun, Limbu, Magar, Rai e Gurung (CNSUK, 2015); e, no Nepal: Sherpa, Newar, Gurung e Marwadi (Central Bureau of Statistics [CBS] & International Labour Organization [ILO], 2019). Assim, em Lisboa verifica-se uma mistura de tendências do Reino Unido e do Nepal, quanto aos grupos étnicos empreendedores prevalentes. Destaca-se a presença relevante de empresários Thakuri e Sherpa na capital portuguesa, enquanto empresários Tamang e Tharu aparecem subrepresentados (a nossa amostragem ocorreu por bola-de-neve e procurou evitar enviesamentos, embora não seja representativa).

organização formal de migrantes nepaleses numa diáspora. Todos estes dados coletados e mais detalhados no nosso projeto de investigação doutoral (Pereira, 2019) apoiam a nossa posição segundo a qual as atividades desenvolvidas pelos empresários do Nepal em Portugal e na Europa seguem as características típicas do transnacionalismo. E as suas redes coétnicas conectam-se através de diversos países europeus.

Relativamente aos modos como as redes étnicas transnacionais fomentam e financiam as atividades dos empresários oriundos do Nepal em Lisboa, parece-nos que as chamadas “oportunidades étnicas” (Aldrich & Waldinger, 1990; Bonacich & Modell, 1980; Light, 1984; Light & Gold, 2000; Oliveira, 2005, 2017, 2019; Strüder, 2003) ajudam a compreender muito do empreendedorismo migrante nepalês. A “solidariedade” e a “confiança” revelam-se fundamentais no recrutamento e na facilitação de relações empresariais — o que, novamente, indica a criação de empresas étnicas e de uma economia étnica estruturada (Bonacich & Modell, 1980; Light & Gold, 2000). A dependência de *Charities*/ONGs, redes étnicas e familiares em diferentes países aparece como fator que subjaz à natureza transnacional dos negócios. Adaptando a tipificação de estratégias empresariais de imigrantes desenvolvida por Oliveira (2005, 2017, 2019), as estratégias empresariais de nepaleses em Lisboa poderão ser subdivididas em estratégias pessoais e estratégias de grupo (comunitárias, étnicas e contextuais). O empresário pode desempenhar um papel mais central ou periférico dentro da sua rede: isso varia consoante as suas origens étnicas, geográficas e familiares, a sua formação, experiência migratória e recursos pessoais. Novamente recorrendo ao modelo heurístico de Oliveira (2005, 2017, 2019), a dimensão estrutura de oportunidades é igualmente relevante (interferência do contexto político-legal no destino, oportunidades da economia e do mercado de trabalho, opinião pública e receção social). Com base nos dados apresentados acima, concebemos a possibilidade da existência de várias economias étnicas (separadas) entre os empresários nepaleses em Lisboa, intimamente ligadas ao grupo étnico dos empresários e respetivas redes transnacionais criadas — estas apoiavam-se, no destino, em associações étnicas, recursos étnicos e reivindicações de cidadania particulares.

Quanto a uma perspetiva comparativa, a qualidade, densidade e intensidade das ligações nas redes internacionais ou empresas transnacionais, bem como as formas de empreendedorismo adotadas, variam entre os sul-asiáticos em Lisboa. Para alguns autores (cf. Ávila & Alves, 1993; Cachado, 2017; Lourenço & Cachado, 2012), há uma centralidade das *trading companies* de base familiar na organização empresarial indiana. Comparativamente, o financiamento através de grupos étnicos, ou utilizando redes coétnicas internacionais, parece mais comum no caso

nepalês. Outros autores (cf. Mapril, 2010) sublinham a identidade muçulmana e bengali dos bangladeshianos em Lisboa. Existem paralelismos fortes com os empresários nepaleses: o fenómeno do transnacionalismo, associações (étnicas ou comunitárias) que se vinculam ao país de origem e promovem ajuda ao desenvolvimento, reforçando o nacionalismo e o “orgulho étnico”. Há convergências, igualmente, quando examinamos as redes políticas representadas na capital portuguesa. Contudo, distinções religiosas e culturais relevantes justificam que haja menor participação das mulheres do Bangladesh na vida profissional ativa em Portugal, do que no caso nepalês. Por fim, comparando a atividade empresarial chinesa que é mais visível em Portugal com o empreendedorismo nepalês em Lisboa (cf. Cai, 2019; Fengyang, 2016; Gaspar, 2015; Oliveira, 2005, 2017; Silva dos Santos, 2011), sobretudo nas áreas da venda a retalho e restauração, encontramos alguns pontos de afinidade: estratégias empresariais de base familiar, mas também multiétnicas¹⁵. Os empresários nepaleses em Lisboa partilham ainda afinidades com outros empresários nepaleses na Europa, sobretudo no Reino Unido. Nomeadamente, ao nível de certa rigidificação das estruturas da comunidade, da criação de empresas com arranjos híbridos que agregam entendimentos da origem e do destino, da reconstrução de estruturas e redes étnicas e da reprodução de estruturas de casta e género no país de acolhimento. Há também paralelismos nas estratégias adotadas e na inserção laboral (entre Portugal, Reino Unido ou Bélgica): profundamente associadas aos (e dependentes dos) processos de transnacionalismo e redes étnicas particulares — embora os grupos étnicos mais influentes variem entre os países de destino e haja, na Bélgica, menor rigidificação devido à estrutura de oportunidades e modos de documentação específicos nesse destino (muitos imigrantes nepaleses foram aí recebidos como asilados políticos, na decorrência da guerra civil).

Conclusões

Com base nos resultados obtidos, pudemos determinar as características gerais do empreendedorismo nepalês em Lisboa (suas motivações, percursos, perfis e estratégias), bem como a relevância das redes étnicas transnacionais nepalesas para esse empreendedorismo, tendo proposto a existência de diversas economias étnicas paralelas (Bonacich & Modell, 1980; Light et al., 1993). Destacamos a relevância das

15 Parece interessante vir a indagar mais aprofundadamente os tipos de solidariedade e cooperação verificados entre estas duas comunidades migrantes, no âmbito das economias étnicas registadas na área do Martim Moniz, em Lisboa.

redes coétnicas em grupos como os Bahun, Newar, Sherpa, Chhetri e Thakuri, bem como a importância desses canais étnicos particulares para manter e fornecer “negócios étnicos” em Lisboa, constituindo mesmo um enclave étnico na zona da Avenida Almirante Reis/Martim Moniz (Basu & Altinay, 2002; Wilson & Portes, 1980). Salientamos, ainda, as novas formas de transnacionalismo migrante económico detetadas: registamos conexões entre países nunca antes ligados de um ponto de vista económico (Nepal e Portugal, com ou sem triangulação com países terceiros). Isto inclui: empresas étnicas transnacionais híbridas com modificação de arranjos institucionais na origem e no destino, multiatividade e estratégias como a versatilidade e/ou concentração de negócios. Assim como: novas formas de remeter capital por via das *payshops* (usando contas de *Charities*), negócios vinculando comunidades étnicas transnacionais entre si e campos sociais transnacionais ligando Portugal a outros países europeus, ao Nepal, à China, Austrália ou Estado Unidos, com emergência de nichos profissionais e *etnoscares*, algum empreendedorismo inovador (p. ex.: a exportação de vinho português para o Nepal ou a importação de artesanato Sherpa); além do transporte de entendimentos, comportamentos, sistemas de castas e patriarcais além-fronteiras.

Os empresários nepaleses mantêm diversos vínculos com a origem: de negócios, políticos, amizade, familiares, relações com a comunidade, laços de assistência que cruzam continentes. Pudemos também distinguir modos de transnacionalismo “de cima” e “de baixo”: atividades e iniciativas institucionais e organizacionais (como o estabelecimento da organização-cúpula da diáspora NRNA em Lisboa, visitas do seu Presidente ou do Ministro da Agricultura Nepales a Portugal, ou delegações locais de organizações étnicas específicas, jornais com redes europeias e partidos políticos nepaleses em Portugal), distintas de atividades transnacionais realizadas por pessoas (indivíduos empreendedores ou grupos, como *Charities* que servem negócios de uma mesma família em diferentes países, negócios locais e grupos como a AMNP – Associação de Mulheres Nepalesas em Portugal, que por vezes também providencia empréstimos informais às suas afiliadas e suporte legal). Notamos, enfim, motivações de sobrevivência, mobilidade social e documentação/nacionalidade prevalentes, percursos com passagens prévias por outros países europeus, perfis que indicam a pertença maioritária a determinados grupos étnicos e castas elevadas. Ao nível das estratégias, o financiamento empresarial e o recrutamento de trabalhadores têm um carácter marcadamente étnico (que é menos evidente nas relações com fornecedores e menos ainda com clientes). O empresarialismo nepalês surge, então, igualmente conectado a estratégias de reprodução de castas e grupos sociais/étnicos herdadas a partir da origem ou de países terceiros.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Agradecimentos

A autora deseja agradecer os preciosos contributos do seu orientador de tese de doutoramento no ISEG, Prof. João Peixoto, PhD, bem como do Dr. Kamal Bhattarai/NIALP e dos/as revisores/as da *SOCIOLOGIA ON LINE*.

Referências

- Adhikari, K. P., & Gellner, D. N. (2019). International labour migration from Nepal and changes in inter-caste relations. *Contributions to Nepalese Studies*, 46(2), 307-331.
- Aldrich, H. E., & Waldinger, R. (1990). Ethnicity and entrepreneurship. *Annual review of sociology*, 16, 111-135.
- Ávila, P., & Alves, M. (1993). Da Índia a Portugal – trajetórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (13), 115-133.
- Basch, L., Schiller, N. G., & Blanc, C. S. (1995). *Nations unbound: Transnational projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States* (Vol. 22). Gordon and Breach Science Publishers. <https://doi.org/10.4324/9780203347003>
- Basu, A., & Altinay, E. (2002). The interaction between culture and entrepreneurship in London's immigrant businesses. *International small business journal*, 20(4), 371-393.
- Bonacich, E. (1973). A Theory of Middleman Minorities. *American Sociological Review*, 38, 583-594.
- Bonacich, E., & Modell, J. (1980). *The economic basis of ethnic solidarity: Small business in the Japanese American community*. University of California Press.
- Borelli, A. (2022). *Mulheres da Diáspora Nepalesa: O Papel da Saúde Sexual e Reprodutiva na Reformulação da Identidade Transnacional*. [Dissertação de Mestrado, FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- Brubaker, R. (2005). The 'diaspora' diaspora. *Ethnic and racial studies*, 28(1), 1-19.
- Cachado, R. (2017). Beyond Martim Moniz: Portuguese Hindu Gujarati merchants in Lisbon. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 21(1), 203-220.
- Cai, S. (2019). *Trabalhadores chineses em Portugal: Desafios e sugestões, tendo como base uma experiência de estágio* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho].
- CBS, Central Bureau of Statistics., & ILO, International Labour Organization. (2019). *Report on the Nepal labour force survey 2017/18*.
- Chaudhary, D. (2020). International Migration Policy, Law And Governance In Nepal: An Overview. In I. Sirkeci, & M. Z. Alil (Orgs.), *The Migration Conference 2020*

- Proceedings: Migration and Politics* (pp. 11-21). Transnational Press London.
- CNSUK, Centre for Nepal Studies UK. (2015). *Directory 2015 of Nepali (Individuals, Businesses and Organisations) in the UK*. CNSUK Publications.
<https://cnsuk.org.uk/post/directory-2015/>
- Cohen, R. (1997). *Global Diasporas: An Introduction*. Seattle University.
- Fengyang, Z. (2016). *Os chineses em Portugal: as razões da vinda e a sua situação atual* [Tese de Doutoramento, Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho].
- Gaspar, S. (2015). A comunidade chinesa em Portugal: percursos migratórios, contextos familiares e mercado de trabalho. *CIES e-Working Paper*, (201/2015), 1-20.
- Gellner, D. N., & Hausner, S. L. (Eds.) (2018). *Global Nepalis: Religion, Culture and Community in a New and Old Diaspora*. Oxford University Press.
- Gellner, D. N., Hausner, S. L., & Shrestha, B. G. (2016). Buddhist, Hindu, Kirati, or Something Else? Nepali Strategies of Religious Belonging in the UK and Belgium. In *Migration and Religion in Europe* (pp. 131-153). Routledge.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Estatísticas Demográficas – 2022*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=280978178&PUBLICACOESmodo=2
- Jiobu, R. M. (1988). Ethnic hegemony and the Japanese of California. *American Sociological Review*, 53(3), 353-367.
- Kharel, D. (2016). From Lahures to global cooks: Network migration from the Western Hills of Nepal to Japan. *Social Science Japan Journal*, 19(2), 173-192.
- Lacroix, T. (2014). Conceptualizing transnational engagements: a structure and agency perspective on (hometown) transnationalism. *International Migration Review*, 48(3), 643-679.
- Lacroix, T. (2018). Unravelling the conceptual link between transnationalism and diaspora. The example of hometown networks. In R. Cohen, & C. Fischer (Eds.), *Routledge Handbook of Diaspora Studies* (pp. 173 – 189). Routledge.
- Levitt, P. (2010). Transnationalism. In K. Knott, & S. McLoughlin (Eds.), *Diasporas: Concepts, intersections, identities* (pp. 39-44). Zed Books.
- Light, I. (1972). *Ethnic Enterprise in America: Business and Welfare Among Chinese, Japanese and Blacks*. University of California Press.
- Light, I. (1984). Immigrant and ethnic enterprise in North America. *Ethnic and Racial Studies*, 7(2), 195-216.
- Light, I., Bhachu, P., & Karageorgis, S. (1993). Migration networks and immigrant entrepreneurship. In I. Light, & P. Bhachu (Eds.), *Immigration and entrepreneurship: culture, capital, and ethnic networks* (pp. 25-49). Transaction Publishers.
- Light, I., & Bonacich, E. (1991). *Immigrant Entrepreneurs: Koreans in Los Angeles, 1965-1982*. University of California Press.
- Light, I., & Gold, S. (2000). Ethnic economies and social policy. In P. G. Coy (Ed.), *Research in Social Movements, Conflicts and Change* (Research in Social Movements, Conflicts and Change, Vol. 22, pp. 165-191). Emerald Group Publishing Limited.

- Logan, J. R., Alba, R. D., & McNulty, T. L. (1994). Ethnic economies in metropolitan regions: Miami and beyond. *Social Forces*, 72(3), 691-724.
- Lourenço, I., & Cachado, R. (2012). Hindu transnational families: transformation and continuity in Diaspora families. *Journal of Comparative Family Studies*, 43(1), 53-70.
- Mapril, J. (2010). Banglapara: imigração, negócios e (in) formalidades em Lisboa. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 14(2), 243-263.
- Martiniello, M., & Lafleur, J. M. (2008). Towards a transatlantic dialogue in the study of immigrant political transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, 31(4), 645-663.
- Modell, J. (1977). *The economics and politics of racial accommodation: The Japanese of Los Angeles, 1900-1942*. University of Illinois Press.
- Monteiro, R. (2023). *Imigrantes e Habitação* [Infografias da Imigração]. Alto Comissariado para as Migrações (ACM).
<https://www.om.acm.gov.pt/-/infografia-om-imigrantes-e-habitacao?inheritRedirect=true>
- Oliveira, C. R. (2005). *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Oliveira, C. R. (2017). *Diver-Cidades Empresariais em Portugal: Estratégias de Imigrantes em Mercados Locais* [Tese de Doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa].
- Oliveira, C. R. (2019). *Empregadores e Empreendedores Imigrantes: tipologia de estratégias empresariais* (Estudos do Observatório das Migrações, Vol. 65). Alto Comissariado para as Migrações (ACM).
- Oliveira, C. R. (Coord.) (2020). *Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes: 2020*. Alto Comissariado para as Migrações (ACM).
- Oliveira, C. R. (Coord.) (2023). *Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes: 2023*. Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).
<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/a9a05525-889e-4171-8066-6d7217416664>
- Owens, B. M. (2021). Dynamic Divergences: Religion, Identity, and Community in the Nepali Diasporas. *Vernacular Religion: Varieties of Religiosity in the Nepali Diaspora*. Edited by David N. Gellner and Sondra L. Hausner. Kathmandu: Vajra Books; Reading: Centre for Nepal Studies UK, 2019. xix, 261 pp. ISBN: 9799937733045 [Book Review]. *The Journal of Asian Studies*, 80(1), 206-210.
- Pariyar, M. (2011). Cast(e) in bone: the perpetuation of social hierarchy among Nepalis in Britain. *Centre on Migration, Policy and Society Working Paper*, (85), 1-21.
- Pariyar, M. (2022). *Overseas caste among military migrants: The migration and settlement of Nepalese Gurkhas in Britain* [Tese de Doutoramento, Macquarie University].
- Pariyar, M., Shrestha, B., & Gellner, D. (2014). Rights and a Sense of Belonging: Two Contrasting Nepali Diaspora Communities. In G. Toffin, & J. Pfaff-Czarnecka (Eds.), *Facing Globalization in the Himalayas: Belonging and the Politics of the Self* (pp. 134-158). Sage.

- Pereira, A. (2019). *Transborder Himalaya: Processos de Transnacionalismo nos Empresários e Trabalhadores Nepaleses em Lisboa* [Tese de Doutoramento, ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão].
- Portes, A. (2003). Conclusion: Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. *International migration review*, 37(3), 874-892.
- Portes, A., & Bach, R. L. (1985). *Latin Journey: Cuban and Mexican Immigrants in the United States*. University of California Press.
- Portes, A., Guarnizo, L. E., & Landolt, P. (1999). The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 217-237.
- Schiller, D. (1999). *Digital capitalism: Networking the global market system*. MIT press.
- Schiller, N. G., & Çağlar, A. (Eds.). (2011). *Locating migration: Rescaling cities and migrants*. Cornell University Press.
- Schiller, N. G., & Fouron, G. E. (2001). *Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home*. Duke University Press.
- SEFSTAT (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf>
- SEFSTAT (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>
- Sijapati, B. (2009). Nepali Transmigrants: An Examination of Transnational Ties Among Nepali Immigrants in the United States. *European Bulletin of Himalayan Research*, (35/36), 139-153.
- Silva dos Santos, T. R. (2011). *A comunidade chinesa em Portugal: factores de risco, factores protectores e rede social* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa].
- Smith, M. P., & Guarnizo, L. E. (Eds.). (1998). *Transnationalism from below* (Vol. 6). Transaction Publishers.
- Strüder, I. R. (2003). *Do concepts of ethnic economies explain existing minority enterprises? The Turkish speaking economies in London*. London School of Economics; Political Science Department of Geography & Environment.
- Vertovec, S. (2004). *Trends and impacts of migrant transnationalism*. Centre on Migration, Policy & Society.
- Vertovec, S. (2011). The cultural politics of nation and migration. *Annual Review of Anthropology*, 40, 241-256.
- Vertovec, S. (Ed.) (2013). *Anthropology of migration and Multiculturalism: new directions*. Routledge.
- Waldinger, R. (1996a). *Still the promised city? African-Americans and new immigrants in postindustrial New York*. Harvard University Press.
- Waldinger, R. (1996b). The new urban reality. In N. Kleniewski (Ed.), *Cities and Society* (pp. 110-126). Blackwell Publishing.
- Wilson, K. L., & Portes, A. (1980). Immigrant enclaves: An analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology*, 86(2), 295-319.

- Yeoh, B. S., & Ramdas, K. (2014). Gender, migration, mobility and transnationalism. *Gender, Place & Culture*, 21(10), 1197-1213.
- Zhou, M. (2004). Revisiting ethnic entrepreneurship: Convergencies, controversies, and conceptual advancements. *International Migration Review*, 38(3), 1040-1074.

Data de submissão: 20/06/2021 | **Data de aceitação:** 29/06/2023



O QUE É O MULTICULTURALISMO E COMO O PODEMOS DIFERENCIAR DO INTERCULTURALISMO?

WHAT IS MULTICULTURALISM AND HOW CAN WE DIFFERENTIATE IT FROM INTERCULTURALISM?

Nuno Oliveira

FUNÇÕES: Concetualização, Investigação, Recursos, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
E-mail: nuno.filipe.oliveira@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9935-1334>

Resumo: Neste ensaio examino as diferenças existentes entre o multiculturalismo e o interculturalismo assumindo que não somente representam modelos diferentes, como a sua institucionalização se situa a escalas distintas. Primeiro, ofereço um sistema de premissas para identificar o âmbito de uma prática ou política multicultural. Segundo, coloco em relevo os autores que entendem o interculturalismo como uma mera variação retórica do anterior multiculturalismo. Terceiro, procuro mostrar como podemos diferenciar os dois modelos partindo das suas lógicas institucionais. Finalmente, e com a brevidade de um ensaio, aponto algumas fragilidades ao multiculturalismo que tornam mais pertinente a crítica ensaiada pelos defensores do interculturalismo, bem assim como as suas principais propostas. Concluo salientando algumas premissas do interculturalismo onde se sustentam diferenças substantivas com o multiculturalismo.

Palavras-chave: multiculturalismo, interculturalismo, cultura, grupos.

Abstract: In this essay, I examine the differences between multiculturalism and interculturalism assuming that not only they represent different models, but also their institutionalization occurs at different scales. First, I offer a system of premises to identify the scope of a multicultural practice or policy. Second, I highlight those authors who understand interculturalism as a mere rhetorical variation of earlier multiculturalism. Third, I try to show how we can differentiate the two models starting from their institutional logics. Finally, and with the brevity of an essay, I point out some weaknesses of multiculturalism that make the critique rehearsed by the defenders of interculturalism more pertinent, as well as their main proposals. I conclude by emphasizing some premises of interculturalism where substantive differences with multiculturalism are supported.

Keywords: multiculturalism, interculturalism, culture, groups.

Introdução

O interculturalismo tem assumido o lugar de linguagem normativa de disseminação institucional. A União Europeia adotou o conceito de interculturalismo para as suas políticas de integração de imigrantes; o Banco Mundial usa a mesma noção; e, da mesma forma, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura incorporou uma variação da palavra – diálogo intercultural – no seu léxico.

Um debate sobre as virtudes e falhas do multiculturalismo em face da ascensão de um novo modelo ao qual gradualmente se convencionou chamar de interculturalismo teve o seu fulcro numa colecção de artigos no *Journal of Intercultural Studies* cujo objectivo era entrar em diálogo com o recém-publicado livro de Ted Cantle (2012), *Interculturalism: the new era of cohesion and diversity*. Uma das questões que definia, para usar a terminologia de Bourdieu, um campo de lutas simbólicas pelo poder da representação legítima, é que vários autores, em particular Meer e Modood (2012), construíam o seu argumento pela inexistência de diferenças entre interculturalismo e multiculturalismo, e que, na realidade, as (novas) promessas do interculturalismo estariam contidas nos vários multiculturalismos que as precederam.

O argumento deste texto, com a brevidade que cabe a um ensaio, é que existem diferenças de natureza substantiva entre o multiculturalismo e o interculturalismo e por isso não se trata apenas de um efeito retórico ou de um modismo na sucessão de *slogans* com impacto social e político pretendido. Estas diferenças, argumentarei, residem quer nos seus pressupostos quer nas lógicas institucionais que, presumivelmente, implementariam os mesmos.

Em rigor, existe todo um debate sobre os significados da interculturalidade que não se conjuga com a ideia de interculturalismo enquanto modelo de organização da diversidade cultural. Nesta acepção, a interculturalidade é basicamente aquilo que Canclini (2009, p. 15) especifica como “o que acontece quando os grupos entram em relações e intercâmbios”. É, no fundo, a faceta dialógica do multicultural. Creio, contudo, que especificar a diferença entre um e outro termo pelo princípio do movimento *versus* a estanquicidade¹ não se reveste de muita acuidade analítica. Desde logo, porque dificilmente encontramos um momento histórico em que os grupos não se encontraram em relação. O primado do relacional para estabelecer uma diferença analítica interna ao pensamento intercultural é um mero efeito retórico na medida em que, com a globalização, deixaram de existir grupos humanos fora de uma situação sintagmática; *i.e.*, figuracional. Mas primeiro gostaria de me debruçar sobre o discurso multicultural para a partir daqui poder iluminar aquilo que eu julgo serem as diferenças essenciais entre os dois modelos, enquanto formas políticas e institucionais de organização da diversidade.

1 A definição de Canclini parece recorrer a uma dicotomia desta natureza: “*multiculturalidad* supone aceptación de lo heterogéneo; *interculturalidad* implica que los diferentes son lo que son en relaciones de negociación, conflicto y préstamos recíprocos” [o *multiculturalismo* implica a aceitação do heterogéneo; o *interculturalismo* implica que aqueles que são diferentes são o que são em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos] (Canclini, 2009, p. 15).

Regras de ouro para identificar um multiculturalista

Existem pelo menos duas formas — e estas eu tomo como sendo as principais — de interpretar o fenómeno multiculturalismo. Uma, de cariz teórico-filosófico, inscrita sobretudo nas teorias políticas e na lógica normativa que nelas se encontra implicada (Kymlicka, 1995; Parekh, 2000). Outra, mais prática, relacionada com as políticas concretas, com as posturas ideológicas, com os conteúdos discursivos e práticos (Vertovec & Wessendorf, 2010). Não sendo totalmente dissociáveis, estas duas posturas, contudo, têm-se mantido separadas e as suas consequências só tangencialmente se tocam. Melhor dizendo, o que é do domínio da teoria social e política dificilmente possui tradução directa no domínio prático das políticas concretas. A melhor dicotomia que pode ser aqui evocada é a britânica diferença entre *politics* e *policy*.

Esta distinção é apenas analiticamente correcta; e muito embora se tenha escrito largamente sobre as distorções das aplicações locais — leia-se, práticas e concretas — dos quadros mais abstractos e teóricos, creio que Mouzelis (2012) forneceu a chave para o enigma quando salientou que as asserções paradigmáticas sofrem, por norma, modificações quando instanciadas ao nível sintagmático.

Por outro lado, na literatura sobre multiculturalismo, foram recensadas inúmeras possibilidades que caracterizam os multiculturalismos realmente existentes. Entre estas salientamos a distinção entre multiculturalismo radical ou poli-cêntrico (Shohat & Stam, 1994), entre fraco e forte (Grillo, 2005) ou as nove possibilidades elencadas por Delanty (2003/2010) no seu livro *Community* que se afiguram demasiado extensas para aqui as reproduzir.

Não obstante, se raciocinarmos em termos ideal-típicos, podemos identificar no multiculturalismo quatro aspetos diferenciadores que são transversais a qualquer uma das modalidades em que este seja equacionado:

- i) Ontologicamente é sobre grupos e não sobre o indivíduo;
- ii) É sobre direitos dos grupos;
- iii) É sobre uma forma particular desses direitos, designados por culturais;
- iv) É sobre perspectivizar a arena distributiva em termos de uma cisão entre maioria/minoria.

Porque é importante termos presente estes 4 elementos? Porque eles permitem destrinçar o núcleo daquilo que podemos designar com propriedade multiculturalismo daquilo que é, tanto as suas declinações da linguagem organizacional, em particular estatal, mas também académica quando, dotando a noção de uma elasticidade que ela teoricamente não tem, amalgama qualquer política que vise

proteger alguma forma de diversidade cultural sob o chapéu inflado do multiculturalismo. Esta destringência permite também comparar o multiculturalismo com o quadro social que paulatinamente o tem a vindo a substituir: o interculturalismo. E esse será parte do argumento: que é, não apenas possível, como aconselhável, que se destrincem estas duas categorias, porque elas representam *de facto* e *de jure* coisas distintas.

Recentemente — 2012 — assistiu-se a uma acesa discussão entre partidários do multiculturalismo e defensores de um novo paradigma, o interculturalismo², e não deixa de ser curioso que o pomo da discórdia não era a sua incomensurabilidade, mas antes a sua sobreposição; ou seja, para os partidários do multiculturalismo, o interculturalismo não trazia nada de novo e verdadeiramente relevante enquanto modelo de acomodação da diversidade cultural. Quanto a nós esta perspectiva pode ser colocada em causa. Numa primeira asserção, que pode desde já ser avançada, importa notar que a diferença deve ser encontrada ao nível das lógicas institucionais e dos seus efeitos nas diversas arenas sociais, e menos nos postulados paradigmáticos.

Porém, antes disso, gostava de me debruçar sobre os quatro elementos elencados acima.

A ontologia dos grupos

O multiculturalismo é sobre grupos e sobre como a pertença ao grupo possui precedência em relação ao indivíduo. Mas não é a qualquer grupo, é ao grupo cultural, entendendo-se este, nos termos de Young (1990), como as suas formas culturais, práticas e estilos de vida. Deste postulado extrai-se um segundo que é o da natureza grupal da sua epistemologia, o que faz com que associado ao multiculturalismo se encontre um relativismo e que os termos contra os quais este se opõe são os do universalismo (Young, 1995). Voltaremos a este ponto.

A ontologia grupal confronta em particular a doutrina liberal e a incidência que esta coloca no indivíduo. Aqui o multiculturalismo é essencialmente um comunitarismo na medida em que a experiência individual é sempre mediada pelo reconhecimento coletivo. Repare-se que — e isto deriva directamente da teoria de Taylor (1992) — não é qualquer experiência colectiva, o que redundaria basicamente numa sociologia; trata-se sim de reconhecimento de uma identidade coletiva. Ora é esta identidade coletiva, segundo o primado da ontologia grupal, que permite a coalescência da identidade individual, ou seja, como diz Taylor (1992), a

2 A fonte primária desta discussão encontra-se em torno do artigo de Meer e Modood (2012) aqui referido no *Journal of Intercultural Studies*.

cultura fornece o horizonte de significado para a pessoa, e por isso deve ser objecto de reconhecimento porquanto ela estabelece a condição de autoestima que faz parte da dignidade universal humana.

Que consequências de nível epistemológico possui uma tal postura? Primeiro, que o conhecimento é relativo ao grupo que o enuncia. Podemos encontrar na ideia de Epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2009), por exemplo, esta doutrina. Em muitos autores pós-coloniais a lógica é radicalizada e é justamente porque o poder é parte inerente do conhecer que alguns saberes foram subalternizados em relação a outros (*vide* Mbembe, 2005). Mas o raciocínio pode ainda ser mais extremado e chegarmos a um ponto onde se reivindica que apenas os próprios grupos podem sobre eles emitir juízos ou enunciados de verdade. Temos exemplos disso em campanhas movidas por alguns académicos para que apenas africanos possam escrever sobre africanos ou ciganos possam dizer alguma coisa sobre os ciganos. Seguramente, Taylor não partilharia destas opções, desde logo porque mais recentemente afastou-se de versões radicalizadas orientando agora a sua teoria do reconhecimento por versões não essencialistas da mesma, onde cabe a ideia de “reasonable accommodation” [ajustamento concertado]³. Para Appiah (2018) isto é apenas uma forma de essencialismo inadmissível porque responde igualmente a guiões culturais obrigatórios e formulados pela imposição duma identidade colectiva que, em termos de autonomia, deveria poder ser rejeitada, debatida ou criticada.

O direito dos grupos

Existem várias discussões sobre o alcance de tais direitos. A melhor síntese dos vários contributos foi, em nossa opinião, produzida por Aylet Shachar (2001). Sustentando-se na distinção entre multiculturalismo forte e fraco, o primeiro obrigaria a “uma redefinição fundamental das nossas noções de cidadania” (Shachar, 2001, p. 28). Desde logo, porque as identidades dos grupos passam a ser extensamente refletidas no domínio legal, formal e constitucional para que estes possam governar os seus membros de acordo com regras próprias. A relação com o Estado passa a diferenciar o laço de cidadania republicana, abrindo este a formas específicas de autogoverno e à inclusão oficial das “vozes” dos grupos identitários no quadro constitucional e no discurso público. A relação entre cidadão e Estado é substituída pela representatividade do grupo identitário e as suas pretensões de justiça, sobretudo cultural, mas não exclusivamente. No segundo caso, o das formas fracas de multiculturalismo, estas prender-se-iam com o equilíbrio entre acomodação de

3 Ver relatório Bouchard e Taylor (2008).

grupos identitários sem negligenciar os direitos do indivíduo, ou seja, as políticas de acomodação multiculturais serviriam como mediadoras entre os três vértices do triângulo inclusivo, o Estado, o grupo e o indivíduo, não sobrepondo os direitos do grupo a nenhum deles. Kymlicka (1995, 2007) tem sido um dos principais proponentes desta visão. Através da noção de direitos das minorias, Kymlicka estabelece claramente que estes direitos só podem ser incorporados quando não contradizem nem os direitos humanos, nem os princípios democráticos, de liberdade individual e justiça social.

Que direitos e que grupos?

Os direitos são de várias formas e os grupos também não se encontram definidos à partida. Primeiro, as formas de direitos. Segundo Joppke (2017), estes podem variar dentre isenções, benefícios especiais, tratamento privilegiado, e autogoverno. Deixemos de lado o autogoverno que aparece apenas em casos mais extremos e obedece basicamente ao primado da “autodeterminação dos povos” reconhecido pela ONU — Organização das Nações Unidas e decorrente da independência das nações anteriormente colonizadas. Concentremo-nos nos três primeiros.

Isenções: encontramos diversos exemplos na Europa, sobretudo em Inglaterra, porventura campeã da construção dos direitos das minorias imigrantes. Neste contexto, podemos mencionar a isenção concedida aos Sikhs de usar capacete em veículos motorizados; a isenção de obedecer a determinados critérios no abate de animais para muçulmanos e judeus; tolerância em relação a casamentos combinados (prática hindu) assim como ao lançar das cinzas dos mortos em rios; etc. Benefícios especiais: surgem quando se atribui a um indivíduo direitos em virtude da sua pertença grupal. Educação bilingue é o exemplo mais corrente. Finalmente, o tratamento diferencial enquadra o caso mais emblemático da ação afirmativa ou da discriminação positiva. O exemplo dos Estados Unidos com o sistema de quotas para minorias raciais e imigrantes, em alguns estados, configura o país onde o mais elaborado programa pode ser encontrado.

Que grupos?

Este ponto é respondido pela interrogação anterior. Não há nenhuma definição que estabeleça inequivocamente quem e quando um grupo se pode constituir como uma minoria. Com efeito, o processo é político por natureza, ou seja, está directamente ligado a jogos de poder e interesse carreados pelas elites destes mesmos grupos e dos efeitos de pressão destas sobre o Estado. Para um tal estatuto, não basta ser minoritário, o que obviamente não perfaz o critério de atribuição de um

estatuto especial — basta lembrar que os ricos são minoritários em todas as sociedades, mas dificilmente se pode justificar um direito de proteção especial -; tem que se demonstrar que de alguma maneira se é oprimido. A estrutura maioria/minoria ou minorias pressupõe sempre, na lógica multicultural, que a relação entre as duas seja de opressão, presente ou legada de uma condição estrutural anterior (o domínio imperialista seria um caso). Aqui, as lutas pela categorização ou, para falar como Bourdieu, pelo poder legítimo de “di-visão”, apresentam-se como cruciais.

Que diferenças então podemos estabelecer com o interculturalismo? Partamos primeiro dos aspetos teóricos. Quanto a este ponto, Meer e Modood (2012) reensearam as principais características de ambos os paradigmas concluindo pela aproximação, quando não similaridade, entre os dois. E neste sentido, sugeriram que nenhuma substituição seria necessária, e que melhor seria mantermos a noção de multiculturalismo. Quais são essas similitudes? Segundo estes dois autores, devemos identificá-las nas críticas que os defensores do interculturalismo fazem ao multiculturalismo. Resumem-nas em quatro pontos principais: *i*) o interculturalismo é mais orientado para o diálogo e para a interacção do que o multiculturalismo; *ii*) o interculturalismo é menos “grupista” ou mais aberto à síntese do que o multiculturalismo; *iii*) o interculturalismo é mais empenhado em criar um sentido forte do “todo” relativamente a aspectos como coesão societal e cidadania nacional; *iv*) enquanto o multiculturalismo é iliberal e relativista, o interculturalismo é mais conducente à crítica das práticas não liberais, em virtude do processo de diálogo intercultural.

Ora, dizem Meer e Modood (2012), rebatendo cada um dos quatro pontos anteriores: *i*) o multiculturalismo assim como equacionado por Parekh (2000) e Taylor (1992) confere ao diálogo uma importância fundamental (a dialogia importa porque permite reconhecer os limites culturais das nossas próprias culturas); *ii*), se seguirmos Parekh, o diálogo entre as culturas é um valor ético em si mesmo e como tal universalizável; donde se conclui que o multiculturalismo, assim como equacionado por Parekh, tem pretensões universalistas; *iii*) importa distinguir o interculturalismo europeu com a ênfase na convivialidade e superdiversidade, do interculturalismo do Quebec com a ênfase na nacionalidade e no princípio a uma pertença grupal concorrente ao todo nacional. Acrescentaria a versão latino-americana do interculturalismo onde as pertenças grupais (raciais e culturais) são determinantes e conducentes a políticas de discriminação positiva; *iv*) o multiculturalismo coloca a questão política das narrativas nacionais — a quem pertencem estas e quem tem direito a reivindicá-las como parte da sua herança identitária e social, algo a que, na opinião dos autores, o interculturalismo é omissivo.

Tendemos a concordar com qualquer um destes pontos e com a substância da análise de Meer e Modood. O que ela deixa por responder é, se não há qualquer diferença substantiva entre os dois termos por que razão os poderes políticos e o discurso público investiu tanto na sua mudança? Por que razão, em 2001, três das mais relevantes figuras políticas europeias, Merkel, Sarkozy e Cameron, pronunciaram-se publicamente contra o multiculturalismo (Cantle, 2012)⁴, declarando a sua morte? Mesmo aceitando que existe uma diferença de grau entre enunciados políticos e analíticos, como quer Koopmans (2013), os efeitos concretos desta translação do multiculturalismo para o interculturalismo não são despidiendos. Devemos, em minha opinião, procurá-los na transformação acentuada das lógicas institucionais e organizacionais que se associam a este último.

Interculturalismo diferenças de escala e de ênfase analítica

Começando pelo quadro geral europeu de integração de imigrantes e minorias étnicas, em 2008 consagrou-se o diálogo intercultural como o modelo a privilegiar. O *White Paper on Intercultural Dialogue* do Conselho da Europa propõe um conjunto de orientações para a “gestão da diversidade cultural”, afirmando o respeito e a promoção da diversidade. Afirma, em consequência, que o melhor modelo de governança da diversidade é a interculturalidade: “previne cisões étnicas, religiosas, linguísticas e culturais”. Ao fazê-lo, aposta na “promoção da compreensão mútua”, permitindo assumir “construtiva e democraticamente as nossas identidades diferenciadas com base em valores universais partilhados” (Conselho da Europa [CE], 2008, citado em Oliveira, 2020, p. 53).

Analisando o discurso enquanto um exercício de conceptualização dos principais eixos da integração, teremos que *i)* procura-se evitar o afastamento demasiado pronunciado dos valores grupais em relação aos valores centrais europeus assumidos como universais; *ii)* o diferencialismo dos direitos é substituído pela “gestão da diversidade”, ou seja, a tónica desloca-se dos direitos das minorias para a gestão dos seus traços culturais; *iii)* enfatiza-se a compreensão mútua, num registo de intercomunicação, contra a assunção dos diferenciais de poder que se estabelecem numa estrutura do tipo maioria/minoria.

A definição proposta por Zapata-Barrero (2015) cobre, de alguma forma, estes *itens*, identificando três modalidades de interculturalismo. Note-se que aqui o diálogo intercultural é elevado à categoria de “ismo” ombreando assim com os

4 Esta alusão é feita precisamente nas páginas 53 a 54 da obra de Cantle (2012) *Interculturalism: The New Era of Cohesion and Diversity*.

seus congêneres “assimilacionismo” e “multiculturalismo”, e sucedendo-os até como modelo de integração normativamente mais adaptado ao mundo global em que vivemos. Segundo Zapata-Barrero (2015), as três modalidades são a contratual, a coesiva e a construtivista.

O primeiro prende-se com a obediência a uma normatividade central, a da maioria, através da qual se estabelece a relação com as minorias. Corresponde à condição dualista segundo o esquema proposto por Bouchard e Taylor (2008) na sua revisão do multiculturalismo canadiano. O segundo diz respeito à noção de coesão e pode ser encontrado na aceção de Cantle (2012), segundo a qual as categorizações prévias não constituem os motivadores da ação humana, mas antes a confiança mútua desenvolvida através do sentimento de pertença a comunidades de partilha mais vastas. O terceiro diz respeito ao aproveitamento da diversidade como um recurso das cidades cosmopolitas e competidoras no sistema global, cuja melhor formulação podemos encontrar na cidade intercultural de Wood e Landry (2008). Analisaremos brevemente cada uma destas modalidades, mas em sequência inversa.

A incidência nas cidades acompanha a deslocação epistemológica no sentido do conhecimento local. Aqui o local não é apenas entendido como o que está próximo, no sentido que Geertz (1983) lhe emprestava, mas como o conhecimento de base urbana, espacial e local, na sequência da premissa de que a integração acontece ao nível urbano, consoante as realidades locais, e não nacional. Esta percepção é acompanhada também no domínio da implementação política, desde logo com o reconhecimento de que a integração dos imigrantes deve ser efectuada preferencialmente ao nível local, das cidades e dos bairros.

Segundo, a importância da diversidade cultural como um activo (um *asset*). Este activo pode, e deve, ser mobilizado pelas instituições públicas e representado, com maior ou menor insistência, no espaço público, nomeadamente através das formas mais estetizadas desta mesma diversidade. De tal ordem, que o discurso da diversidade das cidades passou a ser parte dos próprios dispositivos imagéticos e imaginários do urbano e da sua planificação. Mike Raco (2018) designa este fenómeno por curadoria da diversidade, termo que significa que, tal como nas exposições, a exibição da diversidade é cuidadosamente organizada através de técnicas de governança (tanto pública como privada) orientadas para recolher os maiores benefícios tanto económicos como sociais.

Significa que as práticas de governança intercultural, ao nível urbano, possuem afinidades, ou procuram aproximar-se com vantagens globais, dos modelos da cidade criativa. É neste sentido que as cidades abrem as suas portas aos imigrantes criativos, talentosos e com as competências ajustáveis a este modelo. O exemplo de

Roterdão e da distinção entre *fast* e *slow diversity* exemplifica esta dinâmica e esta cisão antropogénica.

Relativamente às outras duas modalidades — a contractual e a coesiva — a um nível político-social reveste-se de particular interesse a substituição da noção de minoria étnica, e, por essa via, do modelo de sociedade estruturado pela assimetria (simbólica e material) maioria/minoria, pela ideia de intercomunicação horizontal. Neste contexto, a ideia de coesão social torna-se mais relevante do que a pertença a categorizações prévias — mesmo que estas sejam fundadas em esferas simbólicas e sociais produtoras de solidariedades específicas — ideia essa caracterizada por Cantle (2012, p. 157) como “o sentido de abertura, diálogo e interação entre culturas”.

Associado a esta transformação, o direito das minorias passa a não ter o mesmo destaque que obtivera com o multiculturalismo. Aliás, a preocupação desloca-se para os termos da coesão social e como pode esta ser assegurada. Neste sentido, a tónica é colocada na interação, e com ela, nas palavras de Cantle, imbricam-se termos como “interdependência”, “internacionalismo”, “globalização” e “superdiversidade”. O interculturalismo emerge assim como o signo para os tempos da “superdiversidade”, ou seja, dos espaços densamente diversificados, caracterizados por identidades e origens segmentadas e híbridadas (Vertovec, 2007).

Isso mesmo é atestado pelo facto de a interculturalidade ter assumido o papel de linguagem amplamente difundida da disseminação institucional normativa internacional: do Banco Mundial, passando pelo Conselho da Europa, até à Comissão Europeia.

A ênfase encontra-se agora na rejeição de noções primordiais de cultura que giram em torno de conceitos binários ou de diferenças racializadas. Em alternativa, propõe-se processos dinâmicos de interação entre grupos e entre indivíduos, visando estabelecer a “coesão comunitária”. O encontro e a compreensão mútua substituem as ideias de alteridade e de separação comunitária.

Fragilidades do multiculturalismo?

Alguns autores têm questionado a pressuposta superioridade ética e prática do interculturalismo sobre o multiculturalismo. Esta não se afigura a questão correcta. Desde logo porque colocá-la no espaço abstracto do normativismo negligencia as transformações sociais, económicas e políticas que se encontram subjacentes a esta deslocação discursiva e prática. Porém podemos apresentar um conjunto de críticas ao multiculturalismo que se afiguram pertinentes.

Primeiro, a ideia segundo a qual a cultura das minorias deve ser reconhecida e espaços legais providenciados para a sua acomodação, negligencia o facto de não existir apenas uma definição da cultura do grupo. Estas reivindicações são as mais das vezes os enunciados políticos das elites dentro desses mesmos grupos que, como qualquer elite, tendem a expressar o seu lugar social de poder e a reforçar as lógicas institucionais que lhe conferem o *statu quo*. Assim, na discussão sobre o véu, ou na sua forma mais extrema, da *burka*, tendemos a negligenciar que não se trata de um objecto isolado, como um objecto de cultura material, para falar como os antropólogos, mas de um marcador cultural ligado a uma determinada estrutura simbólica. O que ele enuncia é um índice de uma sociedade patriarcal pelo qual se podem desvelar uma sequência de obrigações morais e pessoais que constituem outras tantas condutas. É evidente que dentro do próprio islão existem posições diferenciadas e muitas delas tomam esse mesmo objecto como sintoma de rebelião feminina. Seja como for, o seu significado religioso e cultural continua a estar associado a noções muito concretas de vergonha do corpo feminino com implicações na distribuição de poder entre os sexos (Amara, 2003; Joppke, 2009). As reacções das mulheres iranianas após o assassinato de Mahsa Amini retirando o *hijab* em público mostram precisamente que os próprios actores do drama feminino têm consciência do seu lugar de sujeição.

Segundo, a crítica que salienta que a cultura da cidadania é a nacional e, por isso, inalienável de uma identidade nacional excludente, omite que as culturas que geralmente reivindicam um reconhecimento dentro desse quadro, são elas próprias fundadas numa determinada identidade nacional, frequentemente com pressupostos diferentes, mas definitivamente com o seu lugar geográfico e identitário também ele excludente.

Algumas elaborações decorrentes do afrocentrismo que ao criticarem o etnocentrismo do ocidente elaboram um outro etnocentrismo, desta feita onde todas as assunções de superioridade são invertidas. Assim, propala-se a ideia de que a génese de todos os fenómenos culturais significativos encontrar-se-ia em África e não na Europa: desde a etimologia até aos sistemas de governo, passando pelas “reais” conceções de pertença comunitária. Nada mais exemplificativo do que o discurso da religião tocoísta, com a sua teodiceia de uma “nova Israel” em Angola (Blanes, 2019) ou das várias modalidades de evangelismo africano (Echtler & Ukah, 2016)⁵.

Terceiro, o relativismo contido na maioria das versões multiculturais não apenas se refuta a ele próprio filosoficamente, como esconde, em última análise,

5 Mas também franjas mais radicais do movimento negro para as quais recuperar a história africana representa inverter os termos do domínio da história *tout court*.

um essencialismo. Filosoficamente, a questão da objectividade nas coisas humanas que é disputada pela noção de comunidades de interpretação, diferentes consoante as suas culturas — ou seja, as coisas humanas são sempre alvo de um perspectivismo cultural —, nega-se a si mesma porque esta exigência torna-se ela própria universal.

A acusação⁶ de Martin Hollis (1999/2002), para quem o relativismo dificilmente escapa à sua armadilha essencialista, é ratificada pela essencialização dos traços culturais cujo espaço é suposto ser discutido com a cultura da maioria. Com efeito, o multiculturalismo abre um espaço para a discussão da cultura da maioria e em simultâneo fecha esse mesmo espaço para a discussão da cultura do grupo. Quando reivindicados como hábitos ou modos de vida necessários à autoestima e, no fundo, ao reconhecimento do grupo, nunca são eles próprios colocados à discussão, num espaço neutro, não influenciado pela reivindicação do primado da cultura. Ou seja, se determinado hábito, fora da esfera do reconhecimento, possui razão objectiva para existir. Ao invés, são invocados e construídos — o que já de si é paradoxal — como fazendo parte da natureza das coisas, da sua essência.

É certo que Parekh (2000), no intuito de evitar uma tal acusação, sugeriu que a incidência devia ser colocada naquilo que ele designou como “dilemas multiculturais”; e sobre eles forneceu exemplos de eventos que cairiam nesta categoria. Sem surpresa, estes acabam por ser invariavelmente ligados à religião do ponto de vista da abertura de espaço (público e privado) para o seu exercício. Nunca da perspectiva do próprio grupo, da liberdade de adesão ou de rejeição por membros do próprio grupo (e isto é válido para qualquer religião).

Em termos de cidadania, como explica Aylet Shachar (2001), significa que a protecção externa às normas e valores do grupo não deve implicar restrições internas aos seus membros. Ora, creio que para superar este essencialismo sub-reptício que as estratégias grupais encerram — apropriadamente designado por “essencialismo estratégico” — as restrições internas devem também ser colocadas sob a ação do contraditório. O caso da *burka*, na sua forma extrema, mas também do *hijab*, é paradigmático. Alguns multiculturalistas defendem que apenas os membros dos grupos minoritários têm o direito de decidir sobre as práticas que lhes são afectiva e culturalmente coesivas. Contudo, sem interrogarmos a prática em si, dificilmente saberemos se ela é uma imposição que obedece a uma estrutura de poder que se confunde com a “pertença étnico-cultural”, ou se é uma prática assumida voluntariamente e apenas pela crença individual. A crítica a esta interrogação surgirá da

6 Esta tomada de posição encontra-se explícita na página 32 do capítulo “Is universalism ethnocentric?” da autoria de Martin Hollis (1999/2002).

constatação, dita óbvia, de que toda e qualquer prática tem uma origem cultural. Mas esta não pode ser uma justificação para a continuidade dessa prática.

Regressando aos traços mais reconhecíveis do interculturalismo, para concluir. Este difere do multiculturalismo em dois aspetos principais. Por um lado, desloca o foco do grupo para o indivíduo; por outro lado, o indivíduo é percecionado não do ponto de vista da justiça, mas da eficiência, ajustada ao requisito de uma qualquer esfera funcional. Esta é uma diferença de monta, porque os imperativos da ação política — a *práxis* do multiculturalismo — requerem grupos identificáveis na sua relação com o Estado para serem mobilizados e representados e categorias de pessoas para serem beneficiárias de direitos.

Significa isto que, da perspectiva do interculturalismo o Estado deixou de ser uma estrutura importante? De modo nenhum. Aliás, como é facilmente constatável pela obsessão com as fronteiras entre o hemisfério norte e o sul. Significa sim que as questões propriamente culturais foram remetidas para o nível local e que a mediação entre Estado e indivíduo não é mais o grupo nem a sua cultura, mas sim os direitos do indivíduo *qua* indivíduo.

De uma ou outra forma, as premissas do multiculturalismo têm sido objeto de reformulação consoante um molde que melhor se coadune com os seguintes três vectores: *i*) o ajustamento à escala local e aos novos mecanismos de governança da diversidade; *ii*) a reelaboração da pertença cultural enquanto escolha individual, rejeitando o grupismo; *iii*) a proposta de um pacto cívico de respeito à cultura central da sociedade de acolhimento que ressignifica a cultura da maioria como sendo a normativamente necessária (embora de maneira flexível e negociada). Sem sustentar qualquer julgamento ético sobre a bondade dos dois modelos, creio que existem diferenças pronunciadas, passíveis de serem identificadas, tanto nos universos discursivos como nas suas formulações práticas, que permitem estabelecer uma distinção consistente entre os dois modelos.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Amara, F. (2003). *Ni putes, ni soumises*. La Découvert.
- Appiah. A. K. (2018). *The lies that bind. Rethinking identity*. Liveright publishing corporation.

- Blanes, R. L. (2019). The good and the bad of the same: On the political value of historical repetition in Angola. *History and Anthropology*, 30(2), 212-225.
<https://doi.org/10.1080/02757206.2018.1547899>
- Bouchard, G., & Taylor, C. (2008). *Building a Future. A Time for reconciliation* (Report). Commission de Consultation sur les pratiques d'accommodement reliées aux différences culturelles; Gouvernement du Québec.
- Canclini, N. (2009). *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Ed. Gedisa.
- Cantle, T. (2012). *Interculturalism: The New Era of Cohesion and Diversity*. Palgrave Macmillan
- Delanty, G. (2010). *Community* (2ª ed.) Routledge. (Obra originalmente publicada em 2003)
- Echtler, M., & Ukah, A. (Eds.) (2016). *Bourdieu in Africa. Exploring the Dynamics of Religious Fields* (Vol. 44: Studies of Religion in Africa). Brill.
- Geertz, C. (1983). *Local knowledge*. Basic Books.
- Grillo, R. (2005). Backlash against diversity? Identity and cultural politics in European cities. *The Centre on Migration, Policy and Society – COMPAS Working Paper*, (WP-05-14), 1-53.
- Hollis, M. (2002). Is universalism ethnocentric? In C. Joppke, & S. Lukes (Eds.), *Multicultural Questions* (pp. 27-43). Oxford University Press. (Obra originalmente publicada em 1999)
- Joppke, C. (2009). *Veil: Mirror of Identity*. Polity Press.
- Joppke, C. (2017). *Is multiculturalism dead?: Crisis and persistence in the Constitutional State*. Polity Press.
- Koopmans, R. (2013). Multiculturalism and Immigration. A Contested Field in Cross National Comparison. *Annual Review of Sociology*, 39(1), 147-169.
- Kymlicka, W. (1995). *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford University Press.
- Kymlicka, W. (2007). *Multicultural Odysseys. Navigating the New International Politics of Diversity*. Oxford University Press.
- Mbembe, A. (2005). *Critique de la raison négre*. La Découverte.
- Meer, N., & Modood, T. (2012). How does Interculturalism contrast with Multiculturalism?. *Journal of Intercultural Studies*, 33(2), 175-197.
- Mouzelis, N. (2012). *Modern and Post-modern social theorizing. Bridging the divide*. Cambridge University Press.
- Oliveira, N. (2020). *Diversidade(s): paradigmas, modelos e governança*. Mundos Sociais.
- Parekh, B. (2000). *Rethinking Multiculturalism*. Palgrave.
- Raco, M. (2018). Critical urban cosmopolitanism and the governance of urban diversity in European Cities. *European Urban and Regional Studies*, 25(1), 8-23.
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. CES – Centro de Estudos Sociais.

- Shachar, A. (2001). *Multicultural jurisdictions. Cultural differences and women's rights*. Cambridge University Press.
- Shohat, E., & Stam, R. (1994). *Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media*. Routledge.
- Taylor, C. (1992). *Multiculturalism and the Politics of Recognition*. Princeton University Press.
- Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054.
- Vertovec, S., & Wessendorf, S. (Eds.) (2010). *The multiculturalism backlash. European discourses, policies and practices*. Routledge.
- Wood, P., & Landry, C. (2008). *The Intercultural City: Planning for Diversity Advantage*. Earthscan.
- Young, I. M. (1990). *Justice and the Politics of Difference*. Princeton University Press.
- Young, I. M. (1995). Polity and Group Difference: A Critique of the ideal of Universal Citizenship. In R. Beiner, (Ed.), *Theorizing Citizenship* (pp. 175-207). Suny Press.
- Zapata-Barrero, R. (2015). Introduction: Framing the Intercultural Turn. In R. Zapata-Barrero (Ed.), *Interculturalism in Cities: Concept, Policy and Implementation* (pp. viii-xvi). Edward-Elgar.

Data de submissão: 31/05/2022 | **Data de aceitação:** 07/07/2023



RECENSÃO

REVIEW

SARROUY, ALIX DIDIER. (2022). ATORES DA EDUCAÇÃO MUSICAL. ETNOGRAFIA NOS PROGRAMAS SOCIOCULTURAIS EL SISTEMA, NEOJIBA, ORQUESTRA GERAÇÃO. HÚMUS; CICS-NOVA

José Maria Carvalho

FUNÇÕES: Conceptualização, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Largo dos Colegiais, 2, Apartado 94, 7002-554 Évora, Portugal
E-mail: carvalhoze10@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1479-2155>

Deu à estampa em junho de 2022, pela mão das Edições Húmus e com a chancela do CICS.NOVA/Edições, o título *Atores da educação musical. Etnografia nos programas socioculturais El Sistema, Neojiba, Orquestra Geração* (355 págs.), da autoria de Alix Didier Sarrouy.

Como o título enuncia, o assunto do livro é a utilização da música para fins educativos junto de populações jovens residentes em ambientes urbanos socioeconomicamente desfavorecidos, tendo como unidade de análise três núcleos – Santa Rosa de Agua, Bairro da Paz e Miguel Torga – pertencentes a três programas socioculturais desenvolvidos em latitudes diversas, respetivamente o El Sistema (Venezuela), o Neojiba (Brasil) e o Orquestra Geração (Portugal).

No capítulo introdutório, o autor posiciona-se num lugar fronteiriço entre os mundos da arte e da educação, ou, como chega a escrever, nos “mundos da arte-educação” (p. 253), definindo as linhas mestras das correntes teóricas seguidas, a saber, o pragmatismo clássico estadunidense, o interacionismo simbólico e a Escola de Chicago. Procurando visar a arte musical na “espessura das ações” (p. 32), Sarrouy enaltece o seu elo com a vida, na medida em que constitui uma “experiência” (Dewey, 2010) situada no tempo e no espaço que “resulta da vida em sociedade” (p. 32), podendo servir de “instrumento para atingir fins que a ultrapassam” (p. 22). Porque inserida na teia de interações estabelecidas em cada um dos núcleos, a obra de arte é considerada mais como um processo do que um resultado final: “se o objetivo musical pode servir de motor, é sobretudo no processo que se focalizam os numerosos ensinamentos dos professores junto dos alunos” (p. 246). O que conduz ao questionamento de como pode a música constituir um instrumento valioso para a prossecução de uma educação de qualidade, isto é, para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens que frequentam os núcleos.

Ainda no capítulo introdutório Sarrouy apresenta as principais opções metodológicas. O núcleo, entendido como “espaço físico situado no tempo, onde decorre a ação socioeducativa” (pp. 37-38) com o objetivo de “atingir resultados junto dos jovens alunos através do ensino da música sinfónica” (p. 255), é o ponto onde

arte e educação se cruzam, formando, por isso, “o sujeito e a problemática da investigação” (p. 37). Dada a natureza situada do processo musical, os “resultados dos núcleos dependem da relação entre os seus atores diretos (...) e das condições de trabalho que os objetos e o espaço possibilitam” (p. 255), elementos cuja indagação requereu o desenvolvimento de “metodologias qualitativas de ordem empírica e compreensiva” (pp. 35-36) que leva a sério aquilo que os atores dizem e fazem. Mantendo um “foco conscientemente indefinido” (p. 37) à partida, Sarrouy aplica as “artes da escuta, da observação e do diálogo” (p. 43) no curso da sua etnografia, demonstrando uma adaptação bem conseguida às diferentes capacidades expressivas dos atores, após o que realiza um trabalho de indução assente, sobretudo, na observação das situações concretas, posteriormente descritas detalhada e espessamente, e na condução de entrevistas semiestruturadas, seguidamente codificadas.

Nas Partes I e II, Sarrouy faz, respetivamente, uma descrição minuciosa dos três contextos de pesquisa e dos tipos de atores envolvidos, mais ou menos diretamente, na malha de relações que dão corpo aos núcleos: alunos, professores, encarregados de educação, auxiliares de educação e diretores e coordenadores, procurando uma leitura compreensiva das suas origens, trajetórias e pontos de vista. Este exercício tem o mérito de manter como pano de fundo os núcleos, definindo os atores e seus contextos à luz da densa malha de relações que lhes dá corpo.

Na Parte III (composta por quatro capítulos) desenvolve-se a análise sociológica, constituindo o centro do livro. No primeiro deles, o Capítulo VII, indaga-se a respeito do corpo como operador fundamental da aprendizagem e da vinculação dos jovens à música, mormente na sua relação com os instrumentos musicais. Enquanto prolongamento do corpo, estes promovem um trabalho de tomada de consciência do próprio corpo que passa pela postura, pela respiração, pela sensibilização do olhar, da audição e do tato, espoletando uma aprendizagem sobre si próprio. A música constitui uma “soma-experiência” (Shusterman, 1992) — estética, rítmica e cinestésica —, ou uma “experiência corporante”, onde o corpo é pensante e ativo, permitindo compreender a personalidade dos jovens, mas também agir educativamente: “educar o corpo é, pois, uma forma de educar a pessoa” (p. 233). Todavia, a relação com os instrumentos não ocorre num vazio, mas no contexto da orquestra, implicando a assimilação de regras e códigos de coordenação subjacentes à sintonização musical, desembocando igualmente numa aprendizagem sobre si pela alteridade. Mas também numa aprendizagem sobre os outros: a convivência com modos de vida díspares relativiza o posicionamento dos jovens, “sempre sobre um fundo de valores musicais: a escuta do outro; a construção em conjunto; a união na diferença; a complementaridade para atingir um resultado final. Assim se forma o aluno como cidadão” (p. 246).

No capítulo seguinte Sarrouy lembra que o contexto em que estas interações ocorrem ultrapassa o, mais imediato, ambiente orquestral, convidando, pois, a uma navegação entre várias escalas de pesquisa. Além da sua organização interna, os núcleos respondem a fatores externos inerentes aos contextos mais vastos em que se inserem. Desde logo, num habitat, o que passa por trazer à liça as dinâmicas dos bairros e cidades em causa, com o respetivo peso dos grupos de pertença dos jovens, tais como a escola, a Igreja ou as famílias. Mas também num ecossistema, que aponta para a cultura nacional, num sentido antropológico. Demonstra-se que “quando estudamos um núcleo, os seus atores, o seu habitat e os seus múltiplos ecossistemas, apercebemo-nos de que o conjunto está interconetado” (p. 282), pelo que fatores aparentemente distantes podem facilitar ou dificultar a adesão, a permanência e o envolvimento dos jovens na experiência musical.

O modo como estas diferentes escalas de análise se articulam é o mote do Capítulo IX, salientando-se a ideia que, longe de seguirem uma lógica de reprodução linear dos seus contextos, os núcleos se adaptam à constante transformação dos mesmos. A continuidade entre o trabalho realizado nos núcleos e os seus contextos não é fluída, tampouco fácil, sendo antes uma questão empírica. Por um lado, existem “descontinuidades” quando a ação dos núcleos se vê interrompida por forças contrárias (como ter que ajudar os pais), por outro, “contrastes” quando os jovens são colocados perante diferenças extremas (como a segurança, vivida nos núcleos, por contraposição ao perigo, experimentado em alguns bairros). Podendo dar azo à desmotivação e desvinculação dos jovens, o autor refere que as descontinuidades e contrastes podem, paradoxalmente, constituir fatores de ligação aos núcleos na medida em que os jovens, resilientes face aos seus contextos, as identifiquem como caminhos a evitar e provocações a responder, conseguindo-as converter em algo positivo.

Essencial para cogitar o envolvimento dos jovens nos núcleos é a “convenção cinética”, conceito densificado no Capítulo X. Se as convenções costumam ver sublinhada a sua vocação de constrangimento, Sarrouy realça o lado inverso. A convenção cinética é aberta e fluída, onde a regra é não bloquear a ação e saber resolver o quotidiano, conduzindo os esforços situados de adaptação às particularidades sociais de cada jovem e núcleo, permitindo “um grau de liberdade e de movimento aos atores para resolver de forma mais flexível os problemas dia a dia” (p. 305). Esta subdeterminação facilita a conversão das dificuldades em vínculo aos núcleos, visto que mantém os jovens sobre a tensão da surpresa e evita a adoção de uma postura-base, oferecendo um equilíbrio entre a segurança do apego e o risco da desfamiliarização, e assim motivando-os. A experiência musical, e artística em geral, privilegia precisamente este “estranhamento familiar” (p. 324),

concedendo liberdade para agir de forma exploratória e, assim, desencadeando dinâmicas de capacitação, confiança e responsabilização.

Nas Notas Conclusivas, Sarrouy destaca duas ideias principais que, conjugadas, permitem situar a real valia da música enquanto instrumento educacional em contextos adversos. A primeira é que a música oferece ferramentas e capacidades que vão para além da música: “serve para retirar as crianças das ruas, ocupá-las em grupo, dar-lhes responsabilidade e objetivos educativos” (p. 20) e “permite modelar cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos em sociedade” (pp. 337-338). A segunda é que a música, por si só, não é uma panaceia dos problemas sociais, tendo que ser enquadrada nos devidos contextos sociais e articulada com várias instâncias do trabalho social:

utilizar uma arte musical como ferramenta para uma mudança social no indivíduo não é tarefa fácil, pois a instituição e os atores têm primeiro de compreender o que significa o trabalho social, com que ferramentas se faz e que resultados se desejam. (p. 334)

Em suma, e em tom de apreciação global, afirmamos tratar-se este livro de um contributo significativo e inovador para a literatura sociológica das artes e educação, cumprindo cabalmente os seus propósitos. Premente no quadro da recente reconfiguração das políticas sociais (Gardella & Cefai, 2011), subscritora de abordagens mais, capacitantes, ativas e atentas à subjetividade (Ehrenberg, 2010), Sarrouy mostra, na linha das novas sociologias da arte (de la Fuente, 2007; DeNora, 1999; Hennion, 1993) como a música orquestral constitui uma *experiência* que equilibra a disciplina e a improvisação (Joas, 1996), abrindo espaço para que os jovens possam expressar a sua singularidade num contexto educativo nem sempre fluído.

Se alguma insuficiência apontamos ao livro é o de limitar a amplitude e a densidade da discussão teórica no quadro das perspetivas teóricas convocadas, designadamente das novas sociologias pragmáticas, sem com isso beliscar a sua abordagem indutiva. De resto, é o próprio autor que, estando disto ciente, previne o leitor que “não [insistiu] na possibilidade de uma análise sociológica ainda mais aprofundada e técnica (...) [não havendo] um real confronto de conceitos ou de teorias” (p. 332). Como contrapartida, trata-se de um livro com um público-alvo abrangente, desde sociólogos, pedagogos, cientistas da educação, psicólogos, antropólogos, artistas, mas também profissionais de intervenção junto de crianças.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- de la Fuente, E. (2007). The 'New Sociology of Art': Putting Art Back into Social Science Approaches to the Arts. *Cultural Sociology*, 1(3), 409-425.
- DeNora, T. (1999). Music as a technology of the self. *Poetics*, 27(1), 31-56.
- Dewey, J. (2010). *L'art comme expérience*. Gallimard.
- Ehrenberg, A. (2010). *La Société du malaise*. Odile Jacob.
- Gardella, E., & Cefai, D. (2011). La morale de l'urgence sociale: une enquête au SAMU Social de Paris. *Empan*, (84), 18-24.
- Hennion, A. (1993). *La Passion musicale. Une sociologie de la médiation*. Métailié.
- Joas, H. (1996). *The creativity of action*. University of Chicago Press.
- Shusterman, R. (1992). *Pragmatic Aesthetics: Living beauty, rethinking art*. Blackwell Publishers.

Data de submissão: 31/10/2023 | **Data de aceitação:** 07/11/2023



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: **artigos** (que poderão ser o resultado de investigação em contexto de investigação básica/pura ou em contexto de investigação aplicada, investigação-ação) e **recensões**.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt.
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra "Autor@/s".
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. As **recensões** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.

11. Para os **artigos** resultantes de trabalho desenvolvido em contexto de **investigação básica/pura** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução; Enquadramento teórico; Objetivos (gerais e específicos); Método; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências.
12. Para os **artigos** referentes a trabalhos produzidos em contexto de **investigação aplicada, investigação-ação**, sugere-se a seguinte estrutura para estes textos: Introdução; Contextualização do fenómeno estudado; Objetivos (gerais e específicos); Diagnóstico do contexto de intervenção; Metodologia; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências. Os/as autores/as deverão incluir no texto detalhe relativo às componentes de inovação, avaliação e monitorização.
13. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
14. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
15. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
16. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
17. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
18. Os artigos devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

19. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA ON LINE não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
20. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
21. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
22. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
23. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
24. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas APA 7th Edition.
25. Os direitos de *copyright* são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: **articles** (whether as a result of research in the context of basic/pure research or in the context of applied research, research-action) and **book reviews**.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
11. For **articles** resulting from work developed in the context of **basic/pure research** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Objectives (general and specific); Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.

12. For **articles** related to work produced in the context of **applied research**, action research, the following structure is suggested: Introduction; Contextualization of the phenomenon studied, Objectives (general and specific), Diagnosis of the intervention context, Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References. Authors should include a detailed description about innovation components, assessment, and monitoring.
13. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
14. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
15. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
16. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
17. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights.
18. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
19. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors.
20. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.

21. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), the contribution of each author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.
22. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
23. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
24. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
25. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts.

